

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

CAD. CENTRO DE APOIO DIDÁTICO
DA FÁU - P.U.C.C

Campinas

Ano XIII

nº 101

p. 1 - 60

JAN./MARÇO/1981

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Dr. Heitor Regina

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Dr. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Dr. Antonio José de Pinho

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Ersio Lensi

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Profa. Maria Helena Degani Rocha

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia
Universidade Católica de Campinas

ANO XII – Nº 101

JAN./MARÇO/1981

MODÉSTIA E GLÓRIA

(Em memória de Jorge Bertolaso Stella)

Odilon Nogueira de Matos

(Alocução proferida na Academia Paulista de História, em 20 de agosto de 1980, primeira sessão realizada após o falecimento do Acadêmico Jorge Bertolaso Stella.)

Há alguns anos, precisamente em 1974, tive oportunidade de publicar em jornal de Campinas uma série de artigos sobre a personalidade e a obra de Jorge Bertolaso Stella. Naquela ocasião, o saudoso confrade, embora avizinhandose já dos noventa janeiros, estava ainda em plena atividade cultural e foi justamente o recebimento de um dos seus últimos livros que me levou a escrever os artigos que estou mencionando. Impus-me o dever de prestar-lhe essa homenagem, pois não sou dos que acham dever-se esperar a pessoa morrer a fim de homenageá-la. As homenagens podem e devem ser prestadas ainda em vida, para o público reconhecimento de um valor, desde, obviamente, que merecidas. O que não poderia esperar é que aqueles artigos de 1974 pudessem, seis anos depois, servir, em boa parte, para o necrológio que neste momento traço

do saudoso confrade. Lamento sinceramente que meus prezados companheiros não tivessem a oportunidade que tive de conhecer de perto Jorge Bertolaso Stella, pois quando nossa Academia foi fundada, e Bertolaso convidado para ocupar uma das cadeiras, já suas condições de saúde eram precárias, não lhe permitindo freqüentar nossas reuniões. Só me recordo de o ter visto uma vez em nossos almoços, logo que estas agradáveis sessões tiveram início. Mas Bertolaso, embora sem poder comparecer, foi sempre interessado em nossa Academia, fazendo questão de tomar conhecimento de tudo quanto aqui se passava e cada vez que me escrevia (o que fazia com relativa freqüência) timbrava sempre em lamentar sua impossibilidade de comparecimento, a fim “de aprender com os sábios que aqui se reúnem”, como ele costumava dizer.

Meu relacionamento com Jorge Bertolaso Stella foi todo ele extra-acadêmico, e não apenas pessoal, mas familiar, pois era ele pastor da mesma comunidade evangélica a que pertenciam meus pais, o que explica nossa aproximação. E eu me permito mesmo iniciar esta palestra “em memória” de nosso saudoso confrade, recordando episódio de minha adolescência. Devia andar pelos doze para treze anos quando fui levado por meus pais a visitar uns parentes, modestos sitiantes no município de Lençóis, no interior de São Paulo. Meu tio — pois se tratava de um tio — era homem deveras singular, excepcional mesmo para o comum dos homens de roça em nosso País. Sem oportunidade de estudos regulares de qualquer espécie, pois viveu sempre na roça, tinha profundo interesse pelas coisas de cultura e uma extraordinária vontade de aprender, adquirindo, sozinho, conhecimentos que lhe permitiam tratar com desembaraço os mais variados assuntos. Como bom protestante, tinha diversas edições da Bíblia e alguns livros de doutrina religiosa, assinava o jornal de sua Igreja, bem como “O Estado de S. Paulo” e, como bom fluminense que era, até o velho “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro. Em sua casa tinha entrada regular o **Eu Sei Tudo**, certamente a revista de maior penetração nos lares brasileiros na década de 20. Foi na sua modesta estante que vi pela primeira vez o clássico Chernoviz. Lia alguns romances em evidência na época, e entre eles lembro-me de lá ter visto — e lido — **A Linda de Chamounix**, de D’Ennery. Foi ainda em sua estante que encontrei um volume da edição original das viagens de Saint-Hilaire, justamente o mais raro de todos, a parte sobre o Rio Grande do Sul. Esse volume raríssimo do homem da saúva, como meu tio costumava dizer (em alusão a um famoso anúncio de formicida muito divulgado na época), nunca soube como é que foi aparecer num modesto sítio de Lençóis.

Sua casa era freqüentada regularmente por pastores da Igreja Presbiteriana em viagem pelo oeste de São Paulo. Lembro-me de ter visto uma fotografia tirada alguns anos antes de meu nascimento, apresentando, juntamente com meu tio, três pastores que coincidentemente

encontraram-se em seu sítio, na mesma ocasião. Três nomes que pronuncio com o maior respeito, diria até com veneração: um chamava-se Erasmo Braga; outro, Otoniel Mota, e o terceiro, bem mais moço, Jorge Bertolaso Stella. Na ocasião da visita que estou recordando, esteve também no sítio de meu tio um velho pastor de Botucatu, Francisco Lotufo, que lá fora especialmente para convidá-lo para um culto especial em sua igreja, num dos próximos domingos, e no qual deveria pregar Jorge Bertolaso Stella, então pastor de Sorocaba. Lembro-me da cena: a uma pergunta de meu tio se o “seu” Bertolaso viria mesmo, o velho Lotufo respondeu de pronto: “É claro que vem; a não ser que algum problema lingüístico o faça esquecer da vida”. É óbvio que se tratava de uma brincadeira, pois Bertolaso nunca foi homem de esquecer seus deveres, especialmente os religiosos. Mas a verdade é que a frase, cujo sentido eu mal podia alcançar nos meus doze para treze anos, gravou-se em meu espírito e nunca mais a esqueci. Desta maneira, quando, dez ou doze anos mais tarde vim a me aproximar de Bertolaso, tinha já uma excelente motivação em torno de sua personalidade e de sua obra.

Uns dois anos antes do episódio que acabo de relatar, Jorge Bertolaso Stella, então pastor da Igreja Presbiteriana Independente de Sorocaba, havia publicado **O Monogenismo Lingüístico: Traços de Glotologia Geral Comparada**, editado pela antiga casa Irmãos Ferraz, de São Paulo. Embora já houvesse no protestantismo brasileiro uma bela e honrosa tradição lingüística — de que são exemplos, entre outros, Eduardo Carlos Pereira e Otoniel Mota — ninguém se havia avantajado tanto quanto o modesto pastor de Sorocaba em suas preocupações em torno desse fascinante campo de estudos. Seu livro despertou o maior interesse nos meios filológicos e lingüísticos do País e do exterior, abrindo ao seu autor as portas de grandes instituições especializadas e merecendo toda a atenção por parte de glotólogos europeus, a começar pelo maior de todos eles, Alfredo Trombetti.

Jorge Bertolaso Stella era italiano de nascimento, mas veio para o Brasil ainda criança, com apenas três anos, acompanhando seus pais, modestos imigrantes que se localizaram no município de Mogi-mirim. Durante toda a infância e adolescência viveu na roça, trabalhando na enxada para ajudar aos pais, numa fazenda de café. Era praticamente analfabeto até os quinze anos de idade. Ao tornar-se protestante, sentiu-se vocacionado para a carreira sacerdotal e tratou de fazer os estudos que lhe permitissem freqüentar o seminário de sua Igreja e, depois, ordenar-se pastor. Uma vez ordenado, pastoreou diversas igrejas do interior paulista, fixando-se por mais tempo em Sorocaba. Dali saiu em 1933 para substituir a Otoniel Mota no pastorado da Primeira Igreja Presbiteriana Independente de São Paulo, então localizada à Rua 24 de Maio. Até o fim de sua vida esteve vinculado a essa igreja, ultimamente na qualidade de “pastor

emérito". Quando as transformações urbanísticas da capital paulista tornaram praticamente impossível o funcionamento de uma igreja em pleno centro comercial da cidade, Bertolaso promoveu a venda do grande patrimônio da Rua 24 de Maio e a compra de outro, à Rua Nestor Pestana, onde se erigiu o mais belo templo evangélico da grande metrópole. Sua comunidade era a Igreja Presbiteriana Independente, a primeira organização protestante eminentemente nacional, totalmente desvinculada das missões norte-americanas e que resultou de uma cisão da Igreja Presbiteriana, em 1903, movimento esse liderado por Eduardo Carlos Pereira, que teve a acompanhá-lo mais seis pastores da comunidade presbiteriana.

Embora sem nunca descuidar de suas atividades pastorais, Jorge Bertolaso Stella empreendeu imensa obra filológica e lingüística, que lhe deu renome internacional. Ainda na década de 20, pouco depois do **Monogenismo**, publicou três importantes obras: **As línguas indígenas da América**, **A conexão lingüística basco-americana** e **A língua etrusca**. Este, constituiu o primeiro trabalho em língua portuguesa sobre o assunto, como o próprio autor fez questão, e mui justamente, de frisar no prefácio. Já estava com o livro pronto para o prelo, quando teve notícia da morte de Trombetti, ocorrida quando se banhava numa praia de Veneza, no dia 5 de julho de 1929. Isto lhe impôs o dever de dedicar **A língua etrusca** à memória do eminente glotólogo, a quem sempre votou especial veneração, e "à cuja sombra venho estudando a ciência a que ele dedicou sua existência", segundo escreveu na dedicatória.

O interesse e o respeito pela obra de Alfredo Trombetti propiciaram-lhe, ainda, escrever dois importantes trabalhos: **Trombetti e a Glotologia** (acolhido pela conceituada "Revista de Língua Portuguesa") e **A vida científica de Trombetti**, publicado em 1933. Nesse mesmo ano publicou **Vestígios da língua primitiva** e três anos antes, na mesma "Revista de Língua Portuguesa" já havia publicado **A língua sânscrita**, primeiro ensaio numa área a que veio, posteriormente, a dedicar-se com maior intensidade, como sua bibliografia o mostrará.

Em 1934 publicou **Glotologia e Pré-História** e em 1935 o opúsculo **A língua do Novo Testamento**, erudito ensaio sobre a língua grega, "a mais bela do mundo, por ser a língua dos deuses", no dizer de Schliemann.

Na calada das cousas feitas modestamente, sem alardes e sem prejuízo de suas atividades pastorais, Bertolaso continuou produzindo, dando à estampa, na década de 40 mais dois importantes trabalhos: **As sete cartas do Apocalipse** (que estudou não só do ponto de vista teológico, mas também lingüístico) e a **História da Glotologia**.

À década de 50 pertencem **A língua basca**, **Provérbios da Índia** e a vasta contribuição que passou a publicar na "Revista de História",

fundada em 1950 pelo nosso saudoso confrade Eurípedes Simões de Paula, e que, sempre aberta às mais variadas indagações do saber de interesse para a cultura histórica, foi o novo campo de trabalho de Bertolaso, como o havia sido anteriormente, a “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”, na qual publicou vários dos seus primeiros trabalhos. Com efeito, já no primeiro ano de publicação da “Revista de História”, nela estampava Bertolaso, além de resenhas bibliográficas, o ensaio **A morte de Pericle Ducati e a Etruscologia** e, posteriormente, **A religião de Jina, Cristianismo e Glotologia, História das Religiões, Religião e História, A origem da fábula, O Atharvaveda** e por fim **A Bhagavad-Gita**, que se estendeu ao longo de dez números da prestigiosa revista, sendo tirada depois em separata. E em publicações avulsas, deu-nos **Rig Veda, As descobertas dos papiros do Mar Morto, A oração na história das religiões, Religiões da Índia, Introdução às Upanichades, Introdução à História das Religiões, História do Indianismo, Zoroastro, Buda e Cristo, Os manuscritos do Mar Morto, a História da Reencarnação** (nas religiões orientais) e **O Homem**. E além de tudo isso, alguns livros de edificação religiosa, como **Mensagens Evangélicas** e **Diretrizes da Família Humana**.

Atentando simplesmente para os títulos de sua bibliografia, o leitor (ou o ouvinte) facilmente se compenetra de que se encontra diante de algo inusitado nos quadros da cultura brasileira, tanto mais que toda a sua obra, altamente valorizada por especialistas brasileiros e estrangeiros, resultou de extraordinário esforço autodidata, uma vez que, pela sua origem modesta, nunca se lhe ofereceram aquelas condições já não digo ideais, mas pelo menos razoáveis que lhe permitissem uma formação especializada nos grandes centros culturais da Europa ou dos Estados Unidos. Não. A obra de Bertolaso foi produzida aqui mesmo (creio até que ele nunca tenha saído do Brasil), nos poucos momentos de lazer de sua atividade pastoral. Quando vejo tanta gente, hoje como ontem, beneficiando-se de inúmeras oportunidades — bolsas de estudos, viagens ao exterior, subvenções, participação folgada (e vazia) em congressos, para, no fim, nada ou quase nada produzirem, quando não descambam para recursos pífos e desonestos, meu pensamento volta-se sempre para Jorge Bertolaso Stella, cuja obra realizou à custa de sacrifícios que só ele e Deus sabem, mas que todos nós podemos imaginar.

Com as parcas economias que pôde fazer, pois a carreira de pastor, tal como a de professor, foi sempre de sacrifícios, Bertolaso conseguiu formar talvez a melhor biblioteca existente no País sobre os assuntos de sua especialidade, e que ele generosamente doou ao Departamento de História da Universidade de São Paulo. Não sou invejoso, pois tantas são as bênçãos que Deus me tem prodigalizado que seria um pecado se o fosse. Mas, quando, na biblioteca do Departamento de História passava pelas estantes que alojam os livros que pertenceram a

Bertolaso — e entre eles via tantos cujos títulos nem conseguia entender — não escondia uma pontinha de inveja face a esse homem que conseguiu aprender tanta coisa, especialmente línguas, muitas que o comum dos mortais nem supõe tenham existido... E o extraordinário é que continuou produzindo até quase o fim de seus dias, pois vários dos livros mencionados datam de poucos anos. E ainda anunciava “prontos para o prelo” uma gramática sânscrita, um estudo sobre as heresias, outro sobre a filosofia do *Bhagavad-Gita* e, ainda outro, sobre Euclides da Cunha. Do autor de *Os Sertões* já havia tratado ligeiramente em seu livro *Estudos Vários*, que reúne, como o título o diz, diversas monografias que vão desde a gíria do Novo Testamento até Gustavo Teixeira, o suave poeta de São Pedro, passando pelo Doutor Lund, por Antônio Conselheiro e pela origem da fábula.

Sua bibliografia indica que, após os estudos gerais de Glotologia, passou Bertolaso a interessar-se pelas religiões da Índia, promovendo a primeira tradução em língua portuguesa do *Bhagavad-Gita* (parte da grande epopéia que é o *Mahabharata*), poema filosófico-religioso denominado o “Evangelho da Índia”, texto fundamental por excelência do hinduísmo, que Bertolaso traduziu diretamente do sânscrito.

Mais tempo houvesse e, mais ainda, poderia discorrer sobre a pessoa e a obra de Jorge Bertolaso Stella. Mas creio que o registrado basta. Meus preclaros confrades: Quando se encontra no Brasil, um homem que até os seus quinze anos era analfabeto, humilde trabalhador de enxada numa fazenda de café, e à custa de esforços próprios realiza a obra imensa que produziu, aprende praticamente todas as línguas, vivas e mortas, traduz diretamente do sânscrito seus textos sagrados mais importantes, perlustra os assuntos que sua bibliografia indica, torna-se, pela sua obra, sócio das mais renomadas entidades culturais do mundo e tem o seu nome respeitado pelos maiores especialistas da atualidade, e tudo isso dentro da maior modéstia, diria até da maior humildade possível, Senhores, é de fazer um minuto de silêncio! Não aquele silêncio convencional que se faz quando morre alguém, todos de pé, de olho no relógio para que os ponteiros caminhem depressa (e, às vezes, como custa!), mas aquele silêncio que o respeito exige, ante um homem de sua estatura moral e cultural.

*

A HISTÓRIA AMEAÇADA

Dulce C. A. Whitaker
(Araraquara, SP)

Travou-se recentemente (novembro de 1980), através da “Folha”, uma esclarecedora polêmica em torno da existência ou não da

Bertolaso — e entre eles via tantos cujos títulos nem conseguia entender — não escondia uma pontinha de inveja face a esse homem que conseguiu aprender tanta coisa, especialmente línguas, muitas que o comum dos mortais nem supõe tenham existido... E o extraordinário é que continuou produzindo até quase o fim de seus dias, pois vários dos livros mencionados datam de poucos anos. E ainda anunciava “prontos para o prelo” uma gramática sânscrita, um estudo sobre as heresias, outro sobre a filosofia do *Bhagavad-Gita* e, ainda outro, sobre Euclides da Cunha. Do autor de *Os Sertões* já havia tratado ligeiramente em seu livro *Estudos Vários*, que reúne, como o título o diz, diversas monografias que vão desde a gíria do Novo Testamento até Gustavo Teixeira, o suave poeta de São Pedro, passando pelo Doutor Lund, por Antônio Conselheiro e pela origem da fábula.

Sua bibliografia indica que, após os estudos gerais de Glotologia, passou Bertolaso a interessar-se pelas religiões da Índia, promovendo a primeira tradução em língua portuguesa do *Bhagavad-Gita* (parte da grande epopéia que é o *Mahabharata*), poema filosófico-religioso denominado o “Evangelho da Índia”, texto fundamental por excelência do hinduísmo, que Bertolaso traduziu diretamente do sânscrito.

Mais tempo houvesse e, mais ainda, poderia discorrer sobre a pessoa e a obra de Jorge Bertolaso Stella. Mas creio que o registrado basta. Meus preclaros confrades: Quando se encontra no Brasil, um homem que até os seus quinze anos era analfabeto, humilde trabalhador de enxada numa fazenda de café, e à custa de esforços próprios realiza a obra imensa que produziu, aprende praticamente todas as línguas, vivas e mortas, traduz diretamente do sânscrito seus textos sagrados mais importantes, perlustra os assuntos que sua bibliografia indica, torna-se, pela sua obra, sócio das mais renomadas entidades culturais do mundo e tem o seu nome respeitado pelos maiores especialistas da atualidade, e tudo isso dentro da maior modéstia, diria até da maior humildade possível, Senhores, é de fazer um minuto de silêncio! Não aquele silêncio convencional que se faz quando morre alguém, todos de pé, de olho no relógio para que os ponteiros caminhem depressa (e, às vezes, como custa!), mas aquele silêncio que o respeito exige, ante um homem de sua estatura moral e cultural.

*

A HISTÓRIA AMEAÇADA

Dulce C. A. Whitaker
(Araraquara, SP)

Travou-se recentemente (novembro de 1980), através da “Folha”, uma esclarecedora polêmica em torno da existência ou não da

ameaça de substituição de cursos de História e Geografia por uma licenciatura plena de Estudos Sociais. A rápida mobilização de professores ligados às várias Ciências Humanas terá esvaziado ou, pelo menos, retardado a concretização do projeto em pauta.

É preciso refletir sobre as causas da vulnerabilidade das Ciências Humanas, notadamente a História, quando se apresenta esse tipo de ameaça.

Tal ameaça não é nova. Ela vem-se concretizando, vagarosamente, durante a última década, à medida em que a disciplina Estudos Sociais vai-se introduzindo e substituindo História e Geografia nos currículos de 1º grau.

A disciplina (Estudos Sociais) em si nada teria de negativo se tivesse sido implantada com uma concepção dinâmica de currículo, que possibilitasse a participação e, até mesmo a presença simultânea, em sala de aula, dos professores de História, Geografia, Filosofia e Ciências Sociais, o que facilitaria aos estudantes integrar conteúdos de diferentes campos das Ciências Humanas.

O que torna a disciplina Estudos Sociais altamente indesejável, além das intenções políticas que determinaram sua implantação, é o fato de, a partir dela, ter sido engendrado um tipo de professor improvisado (ele mesmo uma vítima do processo) que, pela sua formação inadequada, não pode dar conta de todo o vasto e complexo conteúdo científico que implica a cada disciplina que se pretende substituir.

No que se refere especificamente à História, é preciso lembrar ainda que o problema vai além da gravíssima constatação apontada acima, a qual só virá agravar uma situação que lhe é anterior. A desvalorização da História, a partir dos anos 60, quando os arautos do progresso material anunciaram o ideal de uma sociedade industrial e tecnocrata, foi muito fácil de conseguir, porque já nos constituíamos um povo desmemoriado.

Fatores ideológicos complexos contribuíram para que o ensino de História na escola brasileira tenha-se baseado, sempre, ora na descrição e narração dos rituais políticos que mascaravam os gravíssimos problemas estruturais, ora na ênfase ao anedotário da vida particular dos protagonistas das classes dominantes. Basta lembrar aqui como a violência pouco aparece na historiografia oferecida aos nossos estudantes de 1º e 2º graus. O mito de uma evolução pacífica e sem contradições obscurece a História verdadeira, aquela que incansáveis pesquisas dos historiadores têm revelado cheia de lutas sociais, muitas esmagadas sem piedade. Torna-se sem interesse, dessa forma, aquela que deveria ser a disciplina mais fascinante do currículo, ensinada que é, muitas vezes, de maneira ritualística.

Professores sobrecarregados e mal pagos, por mais empenho que façam, não conseguem ampliar o esquematismo vazio de conteúdo dos

coloridos livros didáticos que a ideologia oficial permite chegar às crianças e adolescentes (quando é possível a estes comprarem livros). Lições do tipo “perguntas e respostas” fragmentam então um tipo de conhecimento que só tem sentido quando apreendido em forma de processo.

A conseqüência mais grave desse quadro é a idéia, muito difundida, de que a História é matéria “fácil” e “decorativa”, em comparação com outras consideradas “difíceis” porque implicam raciocínio, como se a História não o exigisse. Não se percebe que a compreensão do processo histórico envolve raciocínio a partir de categorias teóricas e a níveis de abstração assaz profundos como os de todas as outras ciências. Por isso, a História não pode ser decorativa, como aliás nenhuma disciplina pode sê-lo, porque só se aprende aquilo sobre o que se raciocina: Não existe matéria decorativa. O que existe é o aluno que decora, e tendo adquirido esse hábito errado de estudar, pode usá-lo até em relação a problemas de Física ou Matemática, supostamente disciplinas “nobres” porque exigem raciocínio, como se raciocínio fosse atributo das “coisas” e não do “ser humano”.

A desvalorização da História não se dá somente a nível de 1º e 2º graus. Reflete-se em outros setores. Por exemplo, qual o peso da História nos vestibulares? Darei um só exemplo: o vestibular da Universidade de São Paulo, realizado pela Fuvest, no qual a História tem peso 25, contra 100 de Física nas carreiras ligadas à área de Ciências Biológicas. Evidentemente isso se explica pela maior importância de determinadas disciplinas para determinadas carreiras (o que, aliás, daria uma boa polêmica). No entanto, na área de Humanas, onde a História é a disciplina mais importante, ela nunca tem o peso 100. Alcança apenas 75.

Sobre a desvalorização da História nos vestibulares, voltarei em outro artigo. Por ora, é preciso enfatizar que, se chegou a hora e a vez de defender a História, urge lutar não só contra a implantação de Estudos Sociais, mas também contra a ideologia desvalorizadora da História, que só interessou à formação de uma sociedade dominada pelo consumismo e pela adoração das máquinas, a qual, quanto menos souber a respeito do passado, mais facilmente será manipulada através da exaltação da técnica e do desprezo pelo humanismo.

(De “Folha de São Paulo”, 23/11/1980.)

*

“A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS”: UM LIVRO EXEMPLAR

José Honório Rodrigues
(Rio de Janeiro, RJ)

Possuímos no Brasil uma historiografia estadual de muito boa qualidade exemplificada nas obras de João Francisco Lisboa (Maranhão),

coloridos livros didáticos que a ideologia oficial permite chegar às crianças e adolescentes (quando é possível a estes comprarem livros). Lições do tipo “perguntas e respostas” fragmentam então um tipo de conhecimento que só tem sentido quando apreendido em forma de processo.

A conseqüência mais grave desse quadro é a idéia, muito difundida, de que a História é matéria “fácil” e “decorativa”, em comparação com outras consideradas “difíceis” porque implicam raciocínio, como se a História não o exigisse. Não se percebe que a compreensão do processo histórico envolve raciocínio a partir de categorias teóricas e a níveis de abstração assaz profundos como os de todas as outras ciências. Por isso, a História não pode ser decorativa, como aliás nenhuma disciplina pode sê-lo, porque só se aprende aquilo sobre o que se raciocina: Não existe matéria decorativa. O que existe é o aluno que decora, e tendo adquirido esse hábito errado de estudar, pode usá-lo até em relação a problemas de Física ou Matemática, supostamente disciplinas “nobres” porque exigem raciocínio, como se raciocínio fosse atributo das “coisas” e não do “ser humano”.

A desvalorização da História não se dá somente a nível de 1º e 2º graus. Reflete-se em outros setores. Por exemplo, qual o peso da História nos vestibulares? Darei um só exemplo: o vestibular da Universidade de São Paulo, realizado pela Fuvest, no qual a História tem peso 25, contra 100 de Física nas carreiras ligadas à área de Ciências Biológicas. Evidentemente isso se explica pela maior importância de determinadas disciplinas para determinadas carreiras (o que, aliás, daria uma boa polêmica). No entanto, na área de Humanas, onde a História é a disciplina mais importante, ela nunca tem o peso 100. Alcança apenas 75.

Sobre a desvalorização da História nos vestibulares, voltarei em outro artigo. Por ora, é preciso enfatizar que, se chegou a hora e a vez de defender a História, urge lutar não só contra a implantação de Estudos Sociais, mas também contra a ideologia desvalorizadora da História, que só interessou à formação de uma sociedade dominada pelo consumismo e pela adoração das máquinas, a qual, quanto menos souber a respeito do passado, mais facilmente será manipulada através da exaltação da técnica e do desprezo pelo humanismo.

(De “Folha de São Paulo”, 23/11/1980.)

*

“A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS”: UM LIVRO EXEMPLAR

José Honório Rodrigues
(Rio de Janeiro, RJ)

Possuímos no Brasil uma historiografia estadual de muito boa qualidade exemplificada nas obras de João Francisco Lisboa (Maranhão),

Tristão de Alencar Araripe (Ceará), Pizarro e Araújo (Rio de Janeiro), Baltazar da Silva Lisboa (Rio de Janeiro), Pedro Taques (São Paulo), Frei Gaspar da Madre de Deus (São Paulo), José Miguel de Brito (Santa Catarina), José Feliciano Fernandes Pinheiro (Rio Grande do Sul), Joaquim Felício dos Santos (Minas Gerais), J. M. P. de Alencastre (Goiás) e Felipe José Nogueira Coelho (Mato Grosso).

Todas elas se distinguiram pelo esforço da pesquisa e pela contribuição fatural, embora João Francisco Lisboa, Fernandes Pinheiro e Joaquim Felício dos Santos apresentassem melhor qualidade literária e uma elaboração mais refinada.

A historiografia provincial ou estadual é preferida à regional que compreende porções que, por analogia de sua natureza física, pertencem a um mesmo quadro geográfico e a uma mesma ou muito semelhante evolução histórica.

Carlos Frederico Felipe von Martius, o famoso naturalista que escreveu com João Batista von Spix a **Viagem ao Brasil** em 1823, sugeriu no seu conhecido plano “como se deve escrever a história do Brasil” que se fizesse a convergência das histórias das possessões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; a do Maranhão e Pará, a de Pernambuco com Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba; a de Sergipe, Alagoas e Porto Seguro não poderia ser escrita sem a da Bahia. Era esta a primeira sugestão de história regional que se fazia em nosso país, muito antes que J. F. Turner, o grande mestre norte-americano, escrevesse o livro fundamental **The Frontier in American History** (New York, 1920).

Tinha a fronteira uma significação especial, porque era um novo campo de atividade e oportunidades que se moveu durante muito tempo, constituindo no seu conjunto uma região. A tese da fronteira serve muito bem para ajudar a compreender o movimento bandeirante, que não é estadual e, sendo regional, foi também nacional. E teve aspectos democráticos.

Uma historiografia estadual não deve esquecer as semelhanças e diferenças básicas que juntam e separam dois ou mais Estados limítrofes ou quase limítrofes.

A Província ou o Estado contém uma seção econômica, uma fronteira política, e se unifica pelas condições geográficas e sociais e também pela consciência de seus ideais e costumes e pelo sentimento da sua distinção em face das outras partes do país.

Deve-se levar sempre em conta as peculiaridades étnicas e religiosas, ou melhor, culturais, que distinguem a Província ou o Estado. A historiografia nacional não é uma soma de histórias estaduais ou regionais, assim como essas não são a soma das histórias locais. Deve-se estimular o desenvolvimento das historiografias estaduais, regionais e locais, não

porque elas, somadas, constituam a história nacional, mas porque são individualidades históricas que caracterizam a nação.

Quaisquer que sejam as limitações das histórias locais elas preservam a memória de fatos que a passagem de uma ou duas gerações havia esquecido.

O mal maior é que ela seja apenas produto de um antiquário, que veja apenas a genealogia de um proprietário rural, ou de um arquiteto de igreja. E embora todos esses interesses tenham ou possam ter seu lugar na história local, os compiladores de monumentos sepulcrais preponderam com a exclusão de quase tudo o mais. A velha escola dos cronistas paroquiais tem prestado seus serviços, mas está condenada à morte.

Muito mudou e muito mudará no tratamento da historiografia local, estadual e regional. Hoje os que nela trabalham não duvidam reconhecer que ela é uma disciplina tão ampla quanto qualquer forma de estudo histórico, exigindo uma qualificação histórica de nível superior, e uma definida clareza de propósito.

A história local ou estadual, por menor que seja a área do grupo humano que ela investiga, deve ter um valor permanente e um apelo maior que os velhos estudos possuíam. Escrever a história de um Estado exige toda a disciplina de um historiador, o treino metodológico, os princípios críticos, o exercício prático da pesquisa e sobretudo a clara consciência de seu propósito.

O sentido da história estadual

Não seria dogmático falar-se das vantagens que advêm da consciência da nossa paróquia. Tudo nasce ali, nas primeiras horas da nossa criação, no sentido da nossa aprendizagem, no amor à nossa paisagem, nas paixões humanas, no sentimento da gente que primeiro nos viu, no que se imitou, se detestou ou se admirou.

Em qualquer lugar em que tenhamos nascido é nele que nós tomamos consciência dos fatos que nos cercam, e é nele que crescemos conscientes das particularidades que nos envolveram. Nisto está o valor da história estadual. Ela está sempre conosco, estejamos ou não nela.

O paroquialismo, o regionalismo, o provincialismo é um veículo de sentimentalismo. A questão consiste em que a localidade vivendo em nós, não nos abafe nos seus limites, não nos impeça as generalizações que a vida ou a profissão nos impõe.

Há outra sociedade por fora, na qual o maculado convive com o puro, o complexo com o simples, o agora com o futuro, ou com o eterno. Estamos todos abertos às mesmas influências, as paroquiais e as gerais, mas o sentimento do meio inicial nos marca para sempre.

As diferenças regionais são inerentes à qualquer nação, desde a forma de povoamento, as etnias e seu estabelecimento, até às variedades climáticas, as estruturas geológicas e geográficas.

As diferenças essenciais de povoamento histórico, de estrutura econômica e social e de superestrutura do poder dão caráter à história estadual.

No campo as variações podem ser outras, provocadas pela propriedade da terra, pela exploração agrícola, pelos recursos naturais, pelos meios de comunicação. Tão importante quanto a diversidade das economias rurais determinada pelas diferenças regionais tem sido a diversidade da estrutura social e da terra.

Todas essas diferenças de padrões estaduais, na economia rural, nas correntes imigratórias, na evolução demográfica não exaurem a diversidade histórica da sociedade provincial.

Elas são tantas que podem bem sugerir que o Brasil não é uma comunidade simples, uma sociedade unitária, mas que pode ser legítimo considerá-lo como uma amálgama de diferentes sociedades, todas em estágios diversos de evolução, reciprocamente se influenciando, todas desenvolvendo-se à sua maneira, movendo-se para frente em períodos diferentes, de modo que coexistem sociedades velhas e novas, vigorosas e diferentes. São os vários Brasis, a que se têm referido vários autores, desde Melo Matos em 1870.

Já desenvolvi em **Aspirações Nacionais** algumas considerações sobre o tema e seu tratamento na história brasileira. Observei que somos um império, uma federação de seções, uma reunião de regiões, e que nunca houve uma evolução uniforme de desenvolvimento, nem o poder nacional foi arrebatado por uma única Província ou Estado. Fatores históricos, geográficos, econômicos, conspiram contra as igualdades regionais, e assim como o poder mundial é transitório, também é transitória a força dos Estados no Poder Nacional.

A nossa história mostra as variedades do predomínio regional e Capistrano de Abreu mostrou no começo de seus estudos como certos séculos corresponderam a predomínios de certas capitânicas, províncias ou Estados.

Deve-se examinar até que ponto o provincialismo representou um papel importante na elaboração histórica do Brasil de hoje. Gilberto Freyre se manifestou contrário "a todo tradicionalismo apenas necrófilo. A todo regionalismo apenas político. A todo estadualismo. A todo o provincialismo que importasse ódio a outras províncias, em desprezo pelos valores estrangeiros, em louvor ao moderno, ao novo, ao atual, confundido sempre pelos caturras com o mau cosmopolitismo. A todo regionalismo ou

provincianismo apenas literário, apenas atitude, apenas sentimental. Onde a insistência no contato com as fontes, com o cotidiano, com o existencial, com as expressões populares da vida. E não apenas com o pitoresco dos dias de festa”.

A história da Paraíba

Não vou aqui fazer um levantamento da historiografia paraibana, que vem sendo feita e sobretudo por José Octávio, que tanto tem trabalhado pelo desenvolvimento da cultura paraibana, sua divulgação e reconhecimento nacional.

Desde o **Sumário das Armadas** de Simão Travassos (1587/1589) e da **Descrição da Capitania da Paraíba do Norte** (1798/1802), a Paraíba teve sua história, sua economia, sua geografia, seu povo, seus costumes, sua vida, sua individualidade singular esmiuçada e estudada. Não é um Estado que possa queixar-se da desatenção de seus filhos, sobretudo contando-se com o **Catálogo dos governadores e presidentes da Província da Paraíba do Norte**, pelo Tte. Cel. Frederico Carneiro de Campos e as **Notas sobre a Paraíba** (1892) de Irineu Joffily, as **Datas e notas para a História da Paraíba** (1908) de Irineu Ferreira Pinto, **A Paraíba** (1910), de João Lira Tavares, a **História da Província da Paraíba** (1912 e 2ª 1977) de Maximiano Lopes Machado, o **Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba** (1914), a **Evolução histórica da Paraíba** (1946) do Coronel Delmiro Pereira de Andrade, a **História da Paraíba** (1978) de Horácio de Almeida, sem contar as monografias especializadas sobre épocas, temas, cidades, cultura, que têm surgido nestes últimos anos.

José Américo e a história da Paraíba

A Paraíba e seus problemas (1ª ed. 1923, 2ª 1937) é um livro exemplar, pela amplitude da pesquisa, pela correção metodológica, pela capacidade crítica, pela informação bibliográfica, pelo uso das fontes, e até mesmo relatórios de presidentes de província e discursos no Parlamento — o que não era usual na sua época — , pela elaboração do plano, sistemático, ordenado, orgânico, e pelo resultado obtido, frutífero, cheio de originalidade e novidades, não só fatuais, mas sobretudo interpretativas.

O livro é splendidamente bem organizado, estudando a terra, o clima, as secas, a história político-administrativa, os dois problemas básicos, as distâncias e a água, o estudo antropossocial, e o econômico. Como se vê, uma unidade orgânica perfeita que começa com o estudo da terra, da sua fisionomia, passa pelo clima, que é importante na região,

examina os acidentes, as secas, conta a história política e administrativa, estuda as distâncias e a questão da água que se liga à seca, caracteriza o povo e analisa a estrutura econômica.

É um estudo profundo, com base no conhecimento dos cronistas contemporâneos, na bibliografia contemporânea também e na da sua época, a interpretativa e a crítica.

“Não bati, propositadamente”, escreve o autor, “em hipérboles e exageros bairristas que desvirtuariam a feição da natureza do Nordeste. Deixei, ao contrário, de salientar as forças de produção de zonas aparentemente desprovidas desses recursos. Porque não há na Paraíba um só palmo de terra imprestável, como mostrarei em outra parte. Mas, sem detrimento desse plano, reservei-me a liberdade de me arredar da forma didática que tiraria todo interesse às descrições”.

O estudo das secas é valiosíssimo, cronológico, histórico, geográfico e social. Acentua a miséria que elas trazem e os sofrimentos da população. E escreveu com força: “A nossa sorte foi mais peca. A conjuntura agravava-se mais e mais, irremediavelmente, deixando ao léu a população desprotegida”, referindo-se à seca de 1888/1889.

Noutra página forte, o escritor, o historiador, o pensador político se unem para escrever essas palavras incisivas: “A angústia da síntese não me permitiu reconstituir toda a vastidão desses desastres. Se me ative, às vezes, em miudezas de interesse puramente local, para satisfazer uma curiosidade, porventura mais exigente, preteri lances expressivos e de maior sentimento histórico. De tudo se vê que a Paraíba sofreu muito, com uma resignação calada que lhe escondia as dores. Não se contam as mortes pela fome e pelos outros males consecutivos à seca, os lares destruídos, os despenhos na miséria, as forças vivas escoadas para meios inóspitos, todos os danos acumulados das repetições da calamidade”.

O crítico social, o pensador político, o historiador analista aprofunda os aspectos sociais, revela a força do povo paraibano, que como todo povo brasileiro tem dado mais ao país que o país a eles, porque uma minoria dominadora não lhe reconhece os direitos, e o despreza e marginaliza nos usufrutos dos benefícios por ele, povo, produzidos: “Sirvam, ao menos, estes delineamentos de estímulo á curiosidade dos historiôgrafos paraibanos. Essa luta do homem com as desordens do clima é a comprovação de um valor moral que deve ser assinalado em todos os seus traços de amargura e de coragem renitente”.

Na parte política ele não esconde as verdades, antes as revela, com o agudo espírito crítico e a profundidade do analista político.

As lutas contra os indígenas, os quilombos, a anexação da Paraíba a Pernambuco, decidida em 1755 e efetuada em 1757, é

relembrada e escreve essa frase que é uma condenação ao colonialismo: “E a Paraíba, ao termo de 215 anos de colonização, tinha, apenas, a história de um progresso tantas vezes construído, quantas vezes desfeito. A Paraíba ia entrar o grande século numa situação que, por assim dizer, só diferia do estado da natureza porque se achava semimorta a raça dos aborígenes e as matas virgens tinham sido destruídas pelas queimadas”.

Relembra a liberdade explodida em 1817, a independência, condena a monarquia, que não favoreceu a Paraíba, recorda a revolução da praia e outros levantes, sobretudo o quebra-quilos, hoje tão bem estudados monograficamente por Souto Maior e Geraldo Joffily e traça em poucas linhas a herança deixada pela monarquia: “A 15 de novembro de 1889 era mesquinho o espólio que nos herdava a monarquia. As linhas telegráficas, iniciadas em 1878, não tinham desenvolvimento e a via férrea Conde d’Eu, inaugurada em 1882, estava limitada a 141 quilômetros”. E chamava atenção sobre um aspecto muito importante, a então modesta contribuição paraibana à liderança nacional: “Permanecia, porém, o desvalimento crônico de nossos homens representativos”, o que se modificou muito na República, sobretudo caracterizado pelo aparecimento de homens notáveis, que muito contribuíram para a melhoria da liderança política brasileira, como o Presidente Epitácio Pessoa.

Seu capítulo sobre Distâncias e águas é, como todos, bem cimentado numa seleta bibliografia. Trata da crise dos transportes, da influência social do trem, e como nos outros capítulos não esconde a desventura dos famintos.

Agrada-me muito o capítulo antropológico pela tentativa curiosa e pioneira à sua época de descrever o caráter e a personalidade do paraibano. Para isso estudou as várias etnias que compuseram a população, os vários grupos indígenas, os africanos, a variedade da mestiçagem, e definiu o paraibano, o urbano e o sertanejo.

O caráter e a personalidade sociais estão ligados intimamente à História e José Américo de Almeida estudou as características, a índole, as virtudes do povo paraibano. Esboçou o tipo urbano, estudou as variedades rurais, advertiu sobre a função social dos engenhos, falou já àquela época da uniformidade da arquitetura da Casa Grande.

Concorda com Alberto Torres que o povo brasileiro não era preguiçoso, embora lhe negasse a faculdade de iniciativa. É dócil e disciplinado, embora seja capaz de violência. Reconheceu não haver deficiências constitucionais, no seu comportamento nas causas sociais.

Na verdade, José Américo reconheceu o esforço enorme do povo paraibano e do brasileiro em geral, na construção do Brasil feita por ele, apesar das deficiências de educação, saúde, alimentação e casa. “Esse povo tem, sobretudo, espírito próprio”, eis aí uma definição concisa e

precisa. Deu atenção cuidadosa à descrição do sertanejo e louvou-lhe o labor, o caráter, a inteligência, a assimilação, a generosidade, a hospitalidade. Defendeu o aumento da população para que o Brasil preenchesse seus espaços vazios.

Finalmente, a grande novidade do livro, sob o ponto de vista psicossocial, era e é o estudo do banditismo, que não estava então na moda, como está hoje, desde a publicação de **Bandits** de E. J. Hobsbawm (Londres, 1969) e do interesse que o assunto despertou na historiografia mundial.

Houve sempre bandidos sociais na história do Brasil, e já no período colonial os régulos, como eram então chamados, abundavam. Na história da **História do Brasil** tentei chamar atenção sobre esse aspecto da História social. Mas creio que os que precederam José Américo apenas registraram o fenômeno, enquanto este procurou estudar as causas sociopsicológicas do banditismo, do cangaceirismo, ao lado de Gustavo Barroso com seu livro **Heróis e Bandidos** (1917).

José Américo pensou que o fim da miséria, do analfabetismo, o contato social determinado pela maior comunicação social, que seria promovida pelo trem e foi aumentada pelo automóvel, liquidaria com a barbaria sertaneja.

O capítulo final é repleto de informações que servem, até hoje, para mostrar o quadro da situação econômica paraibana nos anos vinte deste século.

Este livro tem 56 anos de vida, mas ainda tem viço e força, e creio que os terá por outros muitos anos. É um livro único, singular, reflexo da individualidade incomum de seu ator, que simboliza a personalidade de seu povo, que traz no sangue as virtudes da coragem, do denodo, da confiança e da inteligência paraibana.

(Introdução à terceira edição de **A Paraíba e seus problemas** publicada pelo governo paraibano através de sua Secretaria de Educação e Cultura, em 1980; o volume traz, ainda, posfácio de Tarcisio Burity, Governador do Estado e estudos críticos de Jackson de Figueiredo e Josué de Castro, publicados pela primeira vez em 1928 e 1937, respectivamente).

*

PORTO FELIZ

Duflío Battistoni Filho
(Campinas, SP)

É lamentável que uma cidade do significado histórico de Porto Feliz, terra das Monções, não tenha ainda sido alvo de estudos sistemáticos

precisa. Deu atenção cuidadosa à descrição do sertanejo e louvou-lhe o labor, o caráter, a inteligência, a assimilação, a generosidade, a hospitalidade. Defendeu o aumento da população para que o Brasil preenchesse seus espaços vazios.

Finalmente, a grande novidade do livro, sob o ponto de vista psicossocial, era e é o estudo do banditismo, que não estava então na moda, como está hoje, desde a publicação de **Bandits** de E. J. Hobsbawm (Londres, 1969) e do interesse que o assunto despertou na historiografia mundial.

Houve sempre bandidos sociais na história do Brasil, e já no período colonial os régulos, como eram então chamados, abundavam. Na história da **História do Brasil** tentei chamar atenção sobre esse aspecto da História social. Mas creio que os que precederam José Américo apenas registraram o fenômeno, enquanto este procurou estudar as causas sociopsicológicas do banditismo, do cangaceirismo, ao lado de Gustavo Barroso com seu livro **Heróis e Bandidos** (1917).

José Américo pensou que o fim da miséria, do analfabetismo, o contato social determinado pela maior comunicação social, que seria promovida pelo trem e foi aumentada pelo automóvel, liquidaria com a barbaria sertaneja.

O capítulo final é repleto de informações que servem, até hoje, para mostrar o quadro da situação econômica paraibana nos anos vinte deste século.

Este livro tem 56 anos de vida, mas ainda tem viço e força, e creio que os terá por outros muitos anos. É um livro único, singular, reflexo da individualidade incomum de seu ator, que simboliza a personalidade de seu povo, que traz no sangue as virtudes da coragem, do denodo, da confiança e da inteligência paraibana.

(Introdução à terceira edição de **A Paraíba e seus problemas** publicada pelo governo paraibano através de sua Secretaria de Educação e Cultura, em 1980; o volume traz, ainda, posfácio de Tarcisio Burity, Governador do Estado e estudos críticos de Jackson de Figueiredo e Josué de Castro, publicados pela primeira vez em 1928 e 1937, respectivamente).

*

PORTO FELIZ

Duflío Battistoni Filho
(Campinas, SP)

É lamentável que uma cidade do significado histórico de Porto Feliz, terra das Monções, não tenha ainda sido alvo de estudos sistemáticos

e profundos da parte dos nossos historiadores, dentro, obviamente, de modernas linhas metodológicas. Alguns historiadores ilustres, contudo, já se referiram, embora de passagem, à terra natal de Otoniel Mota, acentuando os mais diversos aspectos, econômicos, políticos ou sociais, mormente na época colonial. É justo destacar entre outros os nomes de Sérgio Buarque de Holanda, Afonso de Taunay, Maria Teresa Pe-trone. Os interessados na história da cidade, sentem dificuldades em encontrar bibliografia sobre a antiga Ararituaba, quer em bibliotecas públicas ou livrarias. Sabemos, existir um desejo inusitado de nossas autoridades em preservar a memória nacional e, nesse aspecto, a televisão tem contribuído bastante, conclamando o povo a conservar os documentos originais e os monumentos históricos nacionais. E para preencher esta lacuna, o historiador e jornalista porto-felicense, Jonas Soares de Souza, resolveu reunir em livro estudos muito significativos de diversos autores, publicados, a maioria, na imprensa paulistana e em revistas especializadas¹. Aproveitou o ensejo para dedicar a obra ao moço Jefferson Soares de Souza, estuasiasta dos feitos porto-felicenses, que não chegou a concretizar o plano de reunir num volume, os mais importantes estudos da cidade, pois a morte o colheu quando realizava esse intento. Também ao historiador e jornalista ituano, Francisco Nardy Filho (1879 – 1959) a obra foi dedicada, ele que foi um dos maiores conhecedores da história de Porto Feliz, chegando a publicar muitos estudos no jornal “O Estado de São Paulo”, entre 1930 e 1957. Foi homenageado condignamente no centenário de seu nascimento.

Os estudos contidos neste volume são: “Antiguidade do Porto de Ararituaba”, “As Monções”, “A última Monção”, “N. S. da Penha”, “A Capela de Ararituaba e Antonio Sardinha”, “José Cardoso Pimentel”, “Ararituaba, sua milícia”, “Capitães-mores de Porto Feliz”, “A Igreja Matriz de Porto Feliz”, “Os vigários de Ararituaba”, “Os emolumentos do Pároco de Ararituaba”, “Porto Feliz e a independência do Brasil”, “Porto Feliz em 1835”, “A Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz”, “O Engenho Central de Porto Feliz”, todos da lavra de Francisco Nardy Filho; “Historiografia das Monções Cuiabanas”, “Uma empresa pioneira em S. Paulo, o Engenho de Porto Feliz”, “Colonos Belgas de Porto Feliz”, “Depoimento de um colono”, “Porto Feliz e seus primeiros jornais”, todos de Jonas Soares de Souza; “Porto Feliz, aspectos do desenvolvimento econômico” de Antonio Carlos Ribeiro Abibe; “Reminiscências de Porto Feliz” de Vicente Themudo Lessa; “Visita imperial a Porto Feliz e seu cronista” de F. A. Veiga de Castro; “O açúcar em Porto Feliz no período colonial” de Suely Robles Reis de Queirós;

(1) **Ararituaba: o Porto Feliz**. Edição da Semana das Monções. Porto Feliz, 1979. 170 pp.

“Monções: embarcações, tripulação, distâncias” de Afonso de Taunay; “A expedição do cônsul Langsdorff ao interior do Brasil” de Alfredo d’Escragnole Taunay (Visconde de Taunay), “O Barão de Caxias em Porto Feliz” de Benedito Pires de Almeida. Foram transcritos, ainda, muitos documentos e depoimentos de viajantes ilustres que em tempos diversos visitaram a cidade.

Infelizmente perderam-se as fontes históricas sobre Porto Feliz, privando o historiador de utilizá-las. Talvez existam documentos valiosos, deteriorados com o tempo, e escondidos inescrupulosamente por pessoas neles interessadas, mas ciosas do que possuem e incapazes de trabalhá-los. Ora, este patrimônio pertence a todos, precisa ser publicado para conhecimento das novas gerações. Urge, portanto, que alguém o pesquise para que se possa escrever a história definitiva de Porto Feliz.

Aqueles que desejarem conhecer os aspectos fundamentais da crônica porto-felicense devem ler este livro, cheio de informações valiosas, de aspecto gráfico muito bonito, fruto da dedicação e trabalho do professor Jonas Soares de Souza, que esperamos seja o ponto de partida para outros estudos de maior fôlego.

*

O GOVERNO DO MORGADO DE MATEUS EM SÃO PAULO

Maria Beatriz Nizza da Silva
(São Paulo, SP)

Para quem proclama a “crise da historiografia brasileira” (talvez porque desapareceram do panorama historiográfico atual as grandes “interpretações”, as obras abrangendo longos períodos e múltiplos assuntos), para quem desdenha do Plano Nacional de Pós-Graduação como incapaz de produzir obras relevantes, nada mais convincente do que ler o trabalho de Heloísa Liberalli Bellotto — **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo** — apresentado como tese de doutoramento em História na Universidade de São Paulo e só agora publicado graças à Secretaria de Estado da Cultura.

Este estudo de Heloísa Bellotto pode ser colocado, pela seriedade da pesquisa e pela riqueza e variedade da documentação, ao lado das obras dos brasilianistas mais notáveis no que se refere ao Brasil colonial, como Stuart B. Schwartz ou Kenneth Maxwell. O que destrói o mito que circula nos meios universitários brasileiros de que os historiadores norte-americanos dispõem de condições de pesquisa e de bolsas de estudos que lhes permitem realizar estudos mais sofisticados, ao passo que o historiador brasileiro luta com a falta de recursos e de tempo. Ora, esta análise dos dez anos de governo do Morgado de Mateus na Capitania de

“Monções: embarcações, tripulação, distâncias” de Afonso de Taunay; “A expedição do cônsul Langsdorff ao interior do Brasil” de Alfredo d’Escragolle Taunay (Visconde de Taunay), “O Barão de Caxias em Porto Feliz” de Benedito Pires de Almeida. Foram transcritos, ainda, muitos documentos e depoimentos de viajantes ilustres que em tempos diversos visitaram a cidade.

Infelizmente perderam-se as fontes históricas sobre Porto Feliz, privando o historiador de utilizá-las. Talvez existam documentos valiosos, deteriorados com o tempo, e escondidos inescrupulosamente por pessoas neles interessadas, mas ciosas do que possuem e incapazes de trabalhá-los. Ora, este patrimônio pertence a todos, precisa ser publicado para conhecimento das novas gerações. Urge, portanto, que alguém o pesquise para que se possa escrever a história definitiva de Porto Feliz.

Aqueles que desejarem conhecer os aspectos fundamentais da crônica porto-felicense devem ler este livro, cheio de informações valiosas, de aspecto gráfico muito bonito, fruto da dedicação e trabalho do professor Jonas Soares de Souza, que esperamos seja o ponto de partida para outros estudos de maior fôlego.

*

O GOVERNO DO MORGADO DE MATEUS EM SÃO PAULO

Maria Beatriz Nizza da Silva
(São Paulo, SP)

Para quem proclama a “crise da historiografia brasileira” (talvez porque desapareceram do panorama historiográfico atual as grandes “interpretações”, as obras abrangendo longos períodos e múltiplos assuntos), para quem desdenha do Plano Nacional de Pós-Graduação como incapaz de produzir obras relevantes, nada mais convincente do que ler o trabalho de Heloísa Liberalli Bellotto — **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo** — apresentado como tese de doutoramento em História na Universidade de São Paulo e só agora publicado graças à Secretaria de Estado da Cultura.

Este estudo de Heloísa Bellotto pode ser colocado, pela seriedade da pesquisa e pela riqueza e variedade da documentação, ao lado das obras dos brasilianistas mais notáveis no que se refere ao Brasil colonial, como Stuart B. Schwartz ou Kenneth Maxwell. O que destrói o mito que circula nos meios universitários brasileiros de que os historiadores norte-americanos dispõem de condições de pesquisa e de bolsas de estudos que lhes permitem realizar estudos mais sofisticados, ao passo que o historiador brasileiro luta com a falta de recursos e de tempo. Ora, esta análise dos dez anos de governo do Morgado de Mateus na Capitania de

São Paulo mostra, de maneira convincente, que se pode ser “brasilianista” no Brasil, desde que se trabalhe e se despenda o esforço suficiente para reunir e ler a volumosa documentação manuscrita dos arquivos nacionais e estrangeiros.

Correndo o risco de ser considerada uma historiadora “empírica”, “fatal”, “positivista”, Heloísa Bellotto, tal como os seus colegas norte-americanos, faz um relato de eventos, uma descrição de ações, mas sempre procurando relacionar as várias estruturas de poder (governo metropolitano, governo colonial geral, governo local, autoridade municipal) e, o que é mais importante, medir a distância entre a ordem e a execução, entre os objetivos políticos declarados explicitamente e as medidas destinadas a concretizá-los. Trata-se, afinal de contas, apesar da sua modéstia e despreensão teórica, de uma análise das várias instâncias de poder, de uma comparação entre intenções e ações, de uma avaliação comparativa de ideologias e eventos. Essa constante confrontação entre as palavras e os atos adquire maior relevo no capítulo em que a autora analisa as instruções redigidas por Pombal, destinando-se umas ao futuro governador da Capitania de São Paulo, e dirigindo-se outras ao Vice-rei do Brasil: “A importância e a atenção que merecem advêm do fato de englobarem as diretrizes oficiais para a Capitania, exprimindo as preocupações maiores do momento. Seu estudo serve ainda para constatar se, durante a gestão de D. Luís Antônio, aquelas instruções foram acatadas e fielmente cumpridas, se o foram em parte, ou foram ignoradas, dando-nos, assim, informações de interesse para as condições reais da administração colonial da época” (p. 70).

Numa primeira parte do livro, a autora fornece os dados necessários à montagem subsequente da obra: o que tinha sido a Capitania de São Paulo até o momento em que fora restabelecida (1765); qual a origem social e a preparação administrativa do governador; quais as diretrizes do seu governo. Na segunda parte vemos o administrador colonial em ação: expansão territorial, criação de povoações, recuperação econômica, militarização da Capitania. Na terceira parte aponta-se a ruptura com o governo metropolitano até ao afastamento do governador em 1775. Nos últimos capítulos mostra-se por um lado a imagem que o governador construiu para o seu sucessor do que tinham sido os seus dez anos de governo, assim como a destruição desta imagem pelo governador seguinte, logomaquia que sempre se repetia a cada mudança de governo. Assim como se descreve a luta do administrador colonial para recuperar o prestígio político e justificar a sua administração.

Há que ressaltar e que elogiar nesta edição o cuidado com a iconografia, em geral tão desprezada nas edições comerciais da produção historiográfica brasileira. Mapas, plantas, desenhos, descobertos sobretudo no Arquivo Histórico do Itamarati, no Arquivo Histórico Ultramarino de

Lisboa e no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, ilustram este estudo, permitindo visualizar a ocupação do território paulista no século XVIII.

(Do Suplemento Cultural de "O Estado de S. Paulo", nº 175, 9 de março de 1980.)

*

PSICOLOGIA DAS DEMOCRACIAS E DAS DIDATURAS

João Batista Pinheiro Cabral
(Brasília, DF)

O Professor Zevedei Barbu exerceu diversas atividades funcionais e intelectuais em seu país de nascimento, a Romênia. Nos anos da juventude, antes da Segunda Guerra Mundial, viajou pela Europa e freqüentou os melhores ambientes acadêmicos do continente. Após as vicissitudes da Guerra, quando exercia atividades diplomáticas na Legação Romana em Londres, resolveu, depois de meditar profundamente, tomar a decisão de viver no Ocidente em caráter definitivo. Radicou-se na Inglaterra e tornou-se profissional do ensino de Sociologia. Lecionou inicialmente na Universidade de Glasgow, na Escócia, e depois na Universidade de Sussex, em Brighton. Atualmente o Professor Barbu leciona no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília.

Como sociólogo profissional, Zevedei Barbu estuda em seu trabalho, **Democracy and Dictatorship: Their Psychology and Patterns of Life**, (New York, Grove Press, 1956.), os conceitos Democracia e Ditadura, a partir das perspectivas sociológica e psicológica, usando o conceito de padrão ou tipo de vida, como meio de combinar uma análise da estrutura político-social com um estudo de comportamento social e de personalidade.

Na opinião de Barbu, a distinção essencial entre Democracia e Ditadura reside no fato de esses sistemas encararem de modo diferente os fenômenos das mudanças sociais. Democracia e Totalitarismo reagem à fluidez social, que caracteriza a sociedade moderna, de modo totalmente diverso. Os sistemas democráticos caracterizam-se pela existência de estruturas políticas e sociais bastante flexíveis, o que lhes possibilita a assimilação de mudanças sem transtorno ou receio. Psicologicamente isto se reflete no predomínio, entre os elementos das sociedades democráticas, do império da razão e da inteligência, que são duas das funções que permitem aos indivíduos alcançarem "ordem nas mudanças e a manutenção da unidade com variedade". Assim sendo, o impacto da modernização sobre os valores e instituições tradicionais é amaciado, ou contrabalançado, pela existência (nessas sociedades democráticas) de um

Lisboa e no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, ilustram este estudo, permitindo visualizar a ocupação do território paulista no século XVIII.

(Do Suplemento Cultural de "O Estado de S. Paulo", nº 175, 9 de março de 1980.)

*

PSICOLOGIA DAS DEMOCRACIAS E DAS DIDATURAS

João Batista Pinheiro Cabral
(Brasília, DF)

O Professor Zevedei Barbu exerceu diversas atividades funcionais e intelectuais em seu país de nascimento, a Romênia. Nos anos da juventude, antes da Segunda Guerra Mundial, viajou pela Europa e freqüentou os melhores ambientes acadêmicos do continente. Após as vicissitudes da Guerra, quando exercia atividades diplomáticas na Legação Romana em Londres, resolveu, depois de meditar profundamente, tomar a decisão de viver no Ocidente em caráter definitivo. Radicou-se na Inglaterra e tornou-se profissional do ensino de Sociologia. Lecionou inicialmente na Universidade de Glasgow, na Escócia, e depois na Universidade de Sussex, em Brighton. Atualmente o Professor Barbu leciona no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília.

Como sociólogo profissional, Zevedei Barbu estuda em seu trabalho, **Democracy and Dictatorship: Their Psychology and Patterns of Life**, (New York, Grove Press, 1956.), os conceitos Democracia e Ditadura, a partir das perspectivas sociológica e psicológica, usando o conceito de padrão ou tipo de vida, como meio de combinar uma análise da estrutura político-social com um estudo de comportamento social e de personalidade.

Na opinião de Barbu, a distinção essencial entre Democracia e Ditadura reside no fato de esses sistemas encararem de modo diferente os fenômenos das mudanças sociais. Democracia e Totalitarismo reagem à fluidez social, que caracteriza a sociedade moderna, de modo totalmente diverso. Os sistemas democráticos caracterizam-se pela existência de estruturas políticas e sociais bastante flexíveis, o que lhes possibilita a assimilação de mudanças sem transtorno ou receio. Psicologicamente isto se reflete no predomínio, entre os elementos das sociedades democráticas, do império da razão e da inteligência, que são duas das funções que permitem aos indivíduos alcançarem "ordem nas mudanças e a manutenção da unidade com variedade". Assim sendo, o impacto da modernização sobre os valores e instituições tradicionais é amaciado, ou contrabalançado, pela existência (nessas sociedades democráticas) de um

senso de segurança que emana da crença e da confiança na capacidade do homem de controlar as mudanças pelo uso de suas faculdades. O Professor Barbu também associa o papel da racionalização nas democracias com a criação de um sistema de valores no qual a fé em Deus e na capacidade humana se sustentam mutuamente. A essência da democracia, nos diz o Professor Barbu, reside no fato de ela representar “um modelo, ou um modo ético de vida”.

Para o autor, Ditadura e Totalitarismo (usa ele os dois termos como sinônimos), apesar de resultantes das mesmas forças modernizadoras que são também causadoras da democracia, geram insegurança e tensão em vez de confiança e tranqüilidade. Há ainda uma distinção entre duas espécies de Ditadura: o tipo Fascista e o Comunista. No caso do Comunismo, diz o autor, procura-se resolver os problemas da insegurança, da ansiedade e da angústia social pela implantação de um sistema econômico “super-racionalizado”, no qual todas as crises possíveis e imagináveis seriam adrede antecipadas e eliminadas. No comunismo não há condições para que subsista qualquer espécie de fé transcendental, pois toda segurança social repousa exclusivamente na imanente visão Marxista-Leninista da Utopia Proletária. O Fascismo por sua vez, continua Barbu, abandona tanto a fé em Deus quanto a fé na capacidade da humanidade para conviver com mudanças sociais de qualquer espécie. O Fascismo adota uma superestrutura social que se sustenta não em bases racionais, mas sim numa estrutura social fundamentada puramente em emoções e em laços primitivos. Em contraste com o predomínio da razão e da inteligência (que são inerentes ao modo e ao padrão de vida da Sociedade Democrática), o Fascismo caracteriza-se, tanto no plano individual como no coletivo, pelo predomínio das emoções, do instinto e da compulsão. Na Democracia observa-se ainda um processo que Barbu chama de “individualização”. Isto permite ao indivíduo reconciliar as exigências do grupo com sua própria individualidade (ego-estrutura), sem sacrificá-la, ao passo que a personalidade fascista tem pouca ou nenhuma autoconfiança nessa virtude do homem e, por isso, procura recompensa identificando-se com um super-ego inflado na forma de uma mistificação patriótica, de um povo místico ou de uma super-raça.

O que foi dito acima, além de representar uma tentativa de sumarizar os pontos principais da obra do Professor Barbu, nos dá também a oportunidade para apresentação de alguns comentários críticos ao estudo. O autor anuncia que o método por ele usado na análise do problema é a “redução fenomenológica”, através da qual procura construir “tipos ideais” de Democracia, Fascismo e Comunismo. Nisto é original, pois antecipou-se ao trabalho de Ernest Nolte.¹ Deve-se ressaltar aqui,

(1) Ernest Nolte, *Three Faces of Fascism: Action Française, Italian Fascism, National Socialism* (London, 1965.)

porém, a inexistência de evidência que indique haver Nolte procurado inspiração no modelo de Barbu, quando elaborou o seu estudo. Mesmo assim, nota-se certa semelhança entre o que diz Barbu em referência à rejeição fascista da fé em Deus e na capacidade do homem, e a idéia divulgada por Nolte do desprezo do Fascismo pelo Transcendentalismo em todas as suas manifestações teóricas ou práticas. Todavia, ao contrário da obra de Nolte, o estudo do Professor Barbu talvez apresente certa fragilidade quanto ao emprego do tratamento fenomenológico no estudo do problema. Isto poderia levar o leitor a sentir que há na obra um excesso de abstração, sem os correspondentes benefícios redentores de uma bem estruturada fundamentação empírica. Barbu afirma haver colhido da História, o material e a evidência de que se utiliza, mas a maior parte do que ele apresenta na obra é derivada — quase que exclusivamente — da experiência alemã com o Nazismo. Isto se explica, ao menos em parte, pelo fato de Barbu haver pessoalmente experimentado a impossibilidade de convivência do homem racional, inteligente, com o totalitarismo Nazista. Sua desagradável experiência pessoal com essa variável totalitária parece ter influenciado profundamente sua obra. Basta dizer que a parte do livro dedicada ao Fascismo chama-se “A psicologia do Nazismo”. Pouca atenção é dedicada ao Fascismo Italiano, o que poderia levar o leitor a concluir, também, que para o Professor Barbu não existe diferenças entre essas duas espécies de Ditadura.

A afirmação que Democracia é “o ajustamento de grupos sob condições de tranqüilidade” e Ditadura representa “o ajustamento de grupos sob tensão”, pode parecer ao leitor estudioso um truísmo que, apesar de sua validade e propriedade, pouco contribui para esclarecer e explicar as causas dessas condições de tranqüilidade e de tensão inerentes a cada um desses sistemas. Barbu reconhece que a noção de Fascismo como “Grupo de Comportamento Regressivo” tem limitações, e que ela se adequa apenas parcialmente quando é empregada para explicar a ascensão do Nazismo. Corretamente Barbu observa que certos fatores de ordem racional desempenharam papéis importantes no desenvolvimento do fenômeno, como é o caso do apoio dado a Hitler por grupos de interesse que agiam movidos exclusivamente por motivos pragmáticos.

A ênfase emprestada por Barbu à base racional da moralidade Democrática, e sua correspondente negativa à existência de qualquer dimensão ética no Fascismo, talvez seja também entendida pelo leitor como outra reação do instinto humanista do autor contra o sistema que ele, desgraçadamente, teve que tolerar durante alguns anos em sua pátria, durante a Segunda Guerra Mundial. De qualquer modo, Barbu parece ignorar o tema da “fé” constante em todos os arroubos da fastidiosa oratória própria de Hitler, bem como a maneira como seu apelo era

dirigido não tanto contra o transcendentalismo, mas sim explicitamente para a satisfação do que Stern chamou de “necessidade religiosa” que existia no seio da sociedade alemã no período posterior à Primeira Guerra Mundial.² De modo semelhante, o Professor Barbu insiste na tecla da “super-racionalidade” planificada no Comunismo, que, apesar de se aplicar indubitavelmente ao Marxismo-Leninismo em certa época, não parece mais inteiramente compatível com o que se pratica hoje em dia em países comunistas como a própria União Soviética e, muito menos, ainda na República Popular da China.

Notamos agora alguns outros detalhes da discussão de Barbu a respeito da “psicologia do Nazismo”. Percebe-se, em primeiro lugar, que o autor não encontra as raízes do fenômeno fincadas exclusivamente nem no apelo ao nacionalismo, nem no seio de qualquer grupo social. Ele acha que o cerne do movimento encontra-se “no estado mental característico do Grupo Germânico como um todo”, vivendo sob as tensões geradas pelas condições do período posterior à Primeira Guerra Mundial. Para Barbu a tese segundo a qual o Nazismo foi um movimento das classes baixas e médias não contém evidência conclusiva nem pode ser aceita como válida, apesar dele mesmo não especificar o que seria essa evidência conclusiva. Barbu preocupa-se porém, em usar seus argumentos para provar que o segmento mais importante de apoio ao Nazismo veio de elementos **déclassés**, de “indivíduos claramente sociopatas e inclinadas à delinquência política”. Na tentativa de explicar o comportamento regressivo desses segmentos da sociedade alemã, Barbu aceitou em linhas gerais o clássico diagnóstico de Erich Fromm do “medo e do receio da liberdade”, mas ao contrário de Fromm ele insiste em dizer que as tendências autoritárias produzidas por esse “medo da liberdade” se encontravam presentes em todos os segmentos da população alemã da época estudada, e não somente na pequena burguesia. É oportuno lembrar aqui também que ele cautelosamente avisa aos seus leitores que qualquer tentativa de se detectar características sociopatológicas comuns ao grupo alemão como um todo deve ser considerada como altamente hipotética; e que, com toda certeza, nem todos os alemães no período posterior à Primeira Guerra Mundial eram “sociopatas claramente identificáveis”. Mesmo assim, Barbu parece plenamente convencido de que o estado de insegurança geral fez com que a sociedade alemã se transformasse num solo fértil no qual poderia se desenvolver um sistema nitidamente sociopatológico.

Barbu parece refletir em sua obra aqui discutida muitos dos pontos de vista de G. M. Gilbert (*The Psychology of Dictatorship*, 1950). Especialmente no que diz respeito aos problemas específicos da personalidade autoritária do Nazismo, tais como a estrutura do ego, do

(2) J. P. Stern, *Hitler: The Führer and the People* (Londres, 1975) p. 93.

super ego hipertrofiado, da preocupação com aceitação e identificação com o grupo, insensibilidade moral e “deficiência funcional para testar a realidade.” Este último ítem refere-se a inabilidade do indivíduo em conciliar suas concepções íntimas com a realidade do mundo exterior. Tal deficiência faz com que o indivíduo passe a usar suas próprias imagens mentais como substituto da realidade, em vez de se adaptar e ajustar-se a ela. Essa tendência dos pensadores políticos alemães de preferirem o **ideal** em lugar do **real** foi também observada e comentada por outros autores, e a esse respeito pouco novidade é acrescentada no trabalho de Barbu. Muitas das idéias e conceitos contidos no trabalho aqui comentado tornaram-se, nas duas décadas posteriores à sua publicação, bastante conhecidos nos círculos profissionais, e alguns foram objeto de estudos e re-interpretações mais recentes e mais profundas, com o benefício do tempo e de novas fontes. Isto é verdade particularmente em referência à análise psicologicada liderança Nazista e do próprio Hitler, feita por Barbu de modo avançado (para a época) mas não exaustivo. Seu quadro psicológico de Hitler como um psicopata, e o emprego da “projeção como um mecanismo pelo qual ele focalizou ou transferiu para os judeus todas as dúvidas, insegurança, ódio e hostilidades” continua sendo aceita ainda hoje entre os estudiosos. Todavia, o trabalho mais recente do Psicohistoriador Robert G. L. Waite, que estudou profundamente o problema de Hitler³, demonstra, claramente, a complexidade e as dificuldades a serem enfrentadas por aqueles que procuram utilizar-se da psicologia como instrumento para o estudo da História. Barbu utilizou-se de um número relativamente pequeno de fontes impressas para documentar seu trabalho, e uma delas, **As memórias de Joseph Greiner**, um pretense amigo de Hitler na Áustria, foi mais tarde considerada de autenticidade duvidosa⁴. Como um todo, porém, a obra de Barbu abre ao leitor largas perspectivas para uma compreensão mais dilatada das concepções básicas sobre as quais se fundamentam a Democracia e a Ditadura, chegando ao requinte de procurar esclarecer o fenômeno a partir das estruturas mentais que conceberam essas formas de organização social. O trabalho, apesar de já haver entrado em sua terceira década, continua, em muitos aspectos, atual. Sua leitura contribuirá em muito para o enriquecimento dos conhecimentos daqueles que se preocupam com a compreensão dos problemas sociais, políticos, econômicos e históricos do mundo contemporâneo, sejam eles iniciados ou leigos.

*

O PENSAMENTO POLÍTICO-ECONÔMICO DE VIEIRA

Walter Cardoso
(Batatais, SP)

Embora apresentada há mais de vinte anos como dissertação de mestrado na Universidade do Texas, a monografia de Thomas Richard

(3) Robert G. L. Wait, *The Psychopathic God: Adolf Hitler* (New York, 1977).

(4) Wait, pp. 427 - 32.

super ego hipertrofiado, da preocupação com aceitação e identificação com o grupo, insensibilidade moral e “deficiência funcional para testar a realidade.” Este último ítem refere-se a inabilidade do indivíduo em conciliar suas concepções íntimas com a realidade do mundo exterior. Tal deficiência faz com que o indivíduo passe a usar suas próprias imagens mentais como substituto da realidade, em vez de se adaptar e ajustar-se a ela. Essa tendência dos pensadores políticos alemães de preferirem o **ideal** em lugar do **real** foi também observada e comentada por outros autores, e a esse respeito pouco novidade é acrescentada no trabalho de Barbu. Muitas das idéias e conceitos contidos no trabalho aqui comentado tornaram-se, nas duas décadas posteriores à sua publicação, bastante conhecidos nos círculos profissionais, e alguns foram objeto de estudos e re-interpretações mais recentes e mais profundas, com o benefício do tempo e de novas fontes. Isto é verdade particularmente em referência à análise psicologicada liderança Nazista e do próprio Hitler, feita por Barbu de modo avançado (para a época) mas não exaustivo. Seu quadro psicológico de Hitler como um psicopata, e o emprego da “projeção como um mecanismo pelo qual ele focalizou ou transferiu para os judeus todas as dúvidas, insegurança, ódio e hostilidades” continua sendo aceita ainda hoje entre os estudiosos. Todavia, o trabalho mais recente do Psicohistoriador Robert G. L. Waite, que estudou profundamente o problema de Hitler³, demonstra, claramente, a complexidade e as dificuldades a serem enfrentadas por aqueles que procuram utilizar-se da psicologia como instrumento para o estudo da História. Barbu utilizou-se de um número relativamente pequeno de fontes impressas para documentar seu trabalho, e uma delas, **As memórias de Joseph Greiner**, um pretense amigo de Hitler na Áustria, foi mais tarde considerada de autenticidade duvidosa⁴. Como um todo, porém, a obra de Barbu abre ao leitor largas perspectivas para uma compreensão mais dilatada das concepções básicas sobre as quais se fundamentam a Democracia e a Ditadura, chegando ao requinte de procurar esclarecer o fenômeno a partir das estruturas mentais que conceberam essas formas de organização social. O trabalho, apesar de já haver entrado em sua terceira década, continua, em muitos aspectos, atual. Sua leitura contribuirá em muito para o enriquecimento dos conhecimentos daqueles que se preocupam com a compreensão dos problemas sociais, políticos, econômicos e históricos do mundo contemporâneo, sejam eles iniciados ou leigos.

*

O PENSAMENTO POLÍTICO-ECONÔMICO DE VIEIRA

Walter Cardoso
(Batatais, SP)

Embora apresentada há mais de vinte anos como dissertação de mestrado na Universidade do Texas, a monografia de Thomas Richard

(3) Robert G. L. Wait, *The Psychopathic God: Adolf Hitler* (New York, 1977).

(4) Wait, pp. 427 – 32.

Graham permanecia inédita, só vindo a público recentemente, em edição da Divisão do Arquivo do Estado — **The Jesuit Antonio Vieira and his Plans for the Economic Rehabilitation of Seventeenth Century Portugal**, Coleção Monografias, I, 1978. O autor, “brazilianist” nascido, aliás, no Estado de Goiás — onde então se encontravam seus pais, missionários presbiterianos, — chegou a cursar escola primária no Brasil, antes de ir para a América do Norte e lá cumprir a maior parcela de sua formação.

Ao pesquisar profundamente o século XVII luso-brasileiro, Graham reuniu elementos que lhe permitiram elaborar uma preciosa sistematização do pensamento econômico-político de nosso maior orador jesuíta. O autor fundamenta-se em documentos importantes e farta bibliografia onde, entre outros, não faltam os nomes de Serafim Leite, João Lúcio de Azevedo, Seabra e Antunes, Pedro Calmon, Antonio Soares Amora, Rodrigues Lapa, Charles Ralph Boxer, Ivan Lins, Francisco Adolfo de Varnhagen, Robert Southey e, obviamente, os Sermões de Vieira.

Em prefácio da edição em questão, Graham reconhece a existência de trabalhos posteriores, que muito podem contribuir para melhor compreensão da história luso-brasileira desse período. Dentre estes, ressaltam-se os de A. M. de Oliveira Marques, Vitorino Magalhães Godinho, Frédéric Mauro e o próprio Boxer. O autor admite ainda que sua memória seria enriquecida com estudos que se efetuaram no Brasil, tais como o de Eduardo d’Oliveira França, **Portugal na época da Restauração** (São Paulo, 1951) e o de Anita Novinsky, **Cristãos-novos na Bahia** (São Paulo, 1972).

De qualquer forma, embora as conclusões de Graham já não se possam aceitar totalmente, — o que ele próprio tem o mérito de reconhecer, — trata-se de um texto onde se consegue captar a intensa atividade intelectual de Vieira, devotada então à causa da reabilitação econômica luso-brasileira, sobretudo logo após a Restauração, quando se torna evidente a importância do poderio naval, a necessidade das companhias de comércio e a participação de capitais dos cristãos-novos, nas precárias finanças do Reino.

Todavia, quer-nos parecer que, ao expor o pensamento econômico de Vieira, o autor deixou de fazer referência a um texto que por certo poderá enriquecer nosso juízo acerca do pregador. Trata-se do Sermão da Primeira Oitava da Páscoa, proferido na Matriz da cidade de Belém do Grão-Pará, em 1656, quando lá chegara a notícia de que não se haviam descoberto as minas, nas quais se depositavam grandes esperanças.

Nessa ocasião, já pareceria bem claro a Vieira que as nações mais ricas não seriam aquelas que tivessem a sorte de possuir minas de

metais preciosos, como então acontecia com a Espanha, mas sim àquelas onde seriam canalizados esses metais. “Que utilidades tem conseguido a Espanha de seu famoso Potosi e de outras minas desta mesma América ?” Questões dessa natureza, formuladas por Vieira, são por ele mesmo respondidas: “Eles (os espanhóis) cavam e navegam a prata e os estrangeiros a logram.”

Desses estrangeiros, Vieira conhecia muito bem os holandeses, aos quais chegara a julgar conveniente se entregar Pernambuco (1648). Essa estranha proposição torna-se compreensível, ante a hábil manipulação dos documentos, efetuada por Graham.

Reconheçamos, portanto, que o trabalho em apreço, — realizado quando o autor estava na casa dos vinte anos e longe de nossos arquivos, — constitui uma valiosa contribuição à historiografia vieirense, sobretudo no que diz respeito à documentação, bibliografia e esquema de trabalho.

*

A DESINTEGRAÇÃO DA VIDA CULTURAL

Líbano Calil Atallah
(São Paulo, SP)

Ao que parece, dentro de pouco tempo receberemos a triste notícia de mais um largo passo no vasto programa de desintegração de nossa vida cultural. A tradicional **Brasiliana**, a mais antiga, a maior, a melhor e a mais conhecida coleção dedicada à História do Brasil, está ameaçada de extinção por razões de ordem comercial. Será um triste presente de Natal para aqueles que aprenderam a acompanhar e a estimar esse verdadeiro monumento cultural que Octales Marcondes Ferreira lançou e, pela sua casa, a Companhia Editora Nacional, editou a partir do distante ano de 1931. Não completou, lamentavelmente, o meio século de existência com comemorações alegres por parte da intelectualidade e da imprensa; ninguém se apercebeu disso. Não completará, também, os quatrocentos títulos, o que não é de se estranhar neste país de niilismo cultural em constante ascensão. E, se alcançou, a duras penas, os cinquenta anos de vida, deve-se o fato, na verdade, mais aos bibliófilos, aos fiéis colecionadores de livros e ao idealismo dos editores, que aos estudiosos (pesquisadores, professores, jornalistas, escritores, estudantes, diletantes) aos quais se destinara. Triste missão essa de consolidar a posição de retaguarda em que se vê colocado o nome do Brasil nas estatísticas da cultura internacional. Mais triste, ainda, pelo fatalismo acomodado com que o desaparecimento da **Brasiliana** vem sendo esperado pelas diversas categorias intelectuais e suas não poucas associações,

metais preciosos, como então acontecia com a Espanha, mas sim àquelas onde seriam canalizados esses metais. “Que utilidades tem conseguido a Espanha de seu famoso Potosi e de outras minas desta mesma América ?” Questões dessa natureza, formuladas por Vieira, são por ele mesmo respondidas: “Eles (os espanhóis) cavam e navegam a prata e os estrangeiros a logram.”

Desses estrangeiros, Vieira conhecia muito bem os holandeses, aos quais chegara a julgar conveniente se entregar Pernambuco (1648). Essa estranha proposição torna-se compreensível, ante a hábil manipulação dos documentos, efetuada por Graham.

Reconheçamos, portanto, que o trabalho em apreço, — realizado quando o autor estava na casa dos vinte anos e longe de nossos arquivos, — constitui uma valiosa contribuição à historiografia vieirense, sobretudo no que diz respeito à documentação, bibliografia e esquema de trabalho.

*

A DESINTEGRAÇÃO DA VIDA CULTURAL

Líbano Calil Atallah
(São Paulo, SP)

Ao que parece, dentro de pouco tempo receberemos a triste notícia de mais um largo passo no vasto programa de desintegração de nossa vida cultural. A tradicional **Brasiliana**, a mais antiga, a maior, a melhor e a mais conhecida coleção dedicada à História do Brasil, está ameaçada de extinção por razões de ordem comercial. Será um triste presente de Natal para aqueles que aprenderam a acompanhar e a estimar esse verdadeiro monumento cultural que Octales Marcondes Ferreira lançou e, pela sua casa, a Companhia Editora Nacional, editou a partir do distante ano de 1931. Não completou, lamentavelmente, o meio século de existência com comemorações alegres por parte da intelectualidade e da imprensa; ninguém se apercebeu disso. Não completará, também, os quatrocentos títulos, o que não é de se estranhar neste país de niilismo cultural em constante ascensão. E, se alcançou, a duras penas, os cinquenta anos de vida, deve-se o fato, na verdade, mais aos bibliófilos, aos fiéis colecionadores de livros e ao idealismo dos editores, que aos estudiosos (pesquisadores, professores, jornalistas, escritores, estudantes, diletantes) aos quais se destinara. Triste missão essa de consolidar a posição de retaguarda em que se vê colocado o nome do Brasil nas estatísticas da cultura internacional. Mais triste, ainda, pelo fatalismo acomodado com que o desaparecimento da **Brasiliana** vem sendo esperado pelas diversas categorias intelectuais e suas não poucas associações,

porquanto é com o seu absoluto silêncio que essa medida lamentável chegará a se concretizar.

Sejamos justos: é perfeitamente válido o argumento dos editores, que há pouco adquiriram o acervo da tradicional casa. A coleção é deficitária e vinha sendo mantida por puro idealismo de seu fundador e de seus diretores, assessorados por parte dos funcionários da Companhia Editora Nacional. Mas, nestes tempos, em que qualquer empresa comercial se vê exigida por compromissos sufocantes, os termos de idealismo deixam de ter significado positivo; a ninguém mais convém publicar livros que provoquem prejuízos, mormente quando o público se furta a corresponder. Para comprovar a verdade, será suficiente procurar nas poucas livrarias existentes em todo o País quais as que expõem títulos da **Brasiliana** à venda. E não os expõem por falta de compradores. Os atuais proprietários da editora, que ganharam celebridade justamente por seu realismo comercial agressivo, fruto de uma análise inteligente do que seja o mercado de livros brasileiro, não podem e não querem ser onerados por uma herança que, embora muito honrosa, só venha a representar desembolso de dinheiro e perigo de quebra. Muito maior é a responsabilidade do público, quando se diz interessado na prossecução de empreendimentos como esse da coleção **Brasiliana**, responsabilidade que se assumirá apenas adquirindo os títulos editados. Claro que me estou referindo ao público brasileiro, alérgico ao livro, à sua aquisição e à sua leitura, mas o fato não lhe diminuiu a responsabilidade diante de problema. Uma indústria editorial sólida e seleta será, sempre, decorrência de uma cultura sólida e seleta. Será suficiente que o público procure livros de nível médio ou alto para que eles venham ao mercado. Se a cultura, ao contrário, for frágil, ou degenerada, ou apenas desprezada, outros serão os livros oferecidos. E a verdadeira e boa cultura pode começar por um simples ato de desejo, sincero, não aparente. No caso em evidência, o da coleção **Brasiliana**, também esse ato de desejo, sincero, não aparente, poderá representar sua sobrevivência, mormente quando se sabe que essa coleção é bastante conhecida, estimada e procurada fora de nossas fronteiras. Descontado o conteúdo legendário de que se revestiu, é bem possível que seja mais estimada além das fronteiras do que pelo povo brasileiro. É até mesmo, bem possível que ela venha a continuar por força de apelos vindos de intelectuais estrangeiros.

Em todo caso, o problema começa a ser de responsabilidade de nossos próprios intelectuais (pesquisadores, escritores, professores, críticos literários, jornalistas, estudantes, diletantes) e das respectivas associações, além dos bibliófilos, mais fiéis, porém em menor número, que vêm portando o estandarte quase sozinhos. A imprensa que apareça, pois boa parte do quinhão na responsabilidade do reerguimento será sua; a crítica literária, de modo mais específico. Os governos (federal e estadual)

também terão sua parte, e substancial, pois é conhecido o fato de que as coedições permitiram duplicar as tiragens da **Brasiliana**. Aos editores poderá caber, isto sim, reconsiderar a questão e procurar o melhor meio de dar à **Brasiliana** a promoção que ela jamais teve e que poderá levar ao aumento de tiragem suficiente.

Só não será lícito a ninguém permanecer omissos diante da possível extinção da **Brasiliana** (tanto a de pequeno como a de grande formato), omissão muito cômoda, sem dúvida, mas que só fará aumentar as dimensões desse verdadeiro crime de lesa-cultura e de lesa-pátria que nos ameaça. Bastará pôr mãos à obra. Afinal, a coleção **Brasiliana**, com seu meio centenário de existência, e seus quatrocentos volumes, representa tanto quanto uma biblioteca especializada em Brasil. Se preferirem uma “deixa” de expressiva simbologia, podem tomar nota: é o álbum de família da Nacionalidade Brasileira. Não pode desaparecer.

(N. da R. — Este pronunciamento, de autoria de um dos mais conhecidos e conceituados livreiros de São Paulo, foi publicado na seção “Dos Leitores”, de “O Estado de S. Paulo”, de 14 de dezembro de 1980. Julgamos oportuno transcrevê-lo — e para tanto solicitamos ao autor a devida autorização — não só porque o subscrevemos integralmente, como, ainda, pela posição em que esta revista se colocou desde o seu número inicial face à importante coleção. Através das páginas de nossa publicação, realizamos, ao longo de quase dez anos, um vasto trabalho de recensão, volume por volume, da coleção **Brasiliana**, o que prova, iniludivelmente, o alto apreço em que a temos. É nossa intenção mesmo rever as notas publicadas e editá-las em livro. Podemos afirmar, ainda, que a seção da NBH sobre a **Brasiliana** foi sempre uma das mais apreciadas da revista, especialmente se considerarmos que quando a iniciamos a preciosa coleção estava praticamente toda esgotada, fora, portanto, do alcance do leitor comum. De então para cá empreendeu a editora um vasto programa de reedição, em convênio com o Instituto Nacional do Livro, o que permitiu que muitas das obras então esgotadas, fossem novamente encontradas e a preço bastante acessível, justamente pelo convênio com aquele importante órgão do Ministério da Educação e Cultura. Dias após a publicação do pronunciamento aqui transcrito, a Academia Paulista de História e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo manifestaram-se no mesmo sentido, enviando moções à editora em favor da continuidade da **Brasiliana**. Isto, aliás, segundo L/bano Calil Atallah, é o mínimo que as entidades culturais do Brasil podem e devem fazer em favor de um legítimo patrimônio cultural, como o que representa a preciosa coleção, que no corrente ano comemorará seu cinquentenário. Foi, de fato, em fins de 1931, que apareceu o primeiro volume, **Figuras do Império e outros ensaios**, de Batista Pereira, ensaísta e historiador rio-grandense, cujo centenário de nascimento foi condignamente comemorado no ano passado.)

*

* *

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Arquivo: Boletim Histórico e Informativo. Nº 1/2, janeiro a agosto de 1980.

Por iniciativa de seu Diretor, Professor José Sebastião Witter, a Divisão do Arquivo do Estado de São Paulo retoma uma publicação iniciada em 1976, da qual foram divulgados apenas dois números. Aparece o novo boletim com título ligeiramente modificado e nova fisionomia, permanecendo, entretanto, “a finalidade central de noticiar as atividades do Arquivo e o que acontece na área arquivística”. A disposição das matérias foi organizada por seções: “Arquivo & História”, “Documento”, “Bibliografia: notas e comentários”, “Pesquisadores & Pesquisas” e “Noticiário”. Na primeira seção Odilon Nogueira de Matos comparece com um prefácio a um livro sobre a Revolta de Princesa, e na segunda Amélia Trevisan transcreve e comenta o relatório de Antônio Toledo Piza apresentado quando diretor do Arquivo, em 1894; notas e comentários bibliográficos assinados por Odilon Nogueira de Matos (ONM) e Ana Maria de Almeida Camargo (AMAC). A seção denominada “Pesquisadores & Pesquisas” pretende, como tantas outras congêneres, publicadas nos diversos órgãos de divulgação dos Arquivos, enumerar e divulgar o que se está pesquisando na Instituição: 21 nomes de pesquisadores são arrolados, com indicação das respectivas áreas de pesquisa. Encerra o fascículo o noticiário da entidade no período de 1977 a 79, com destaque para o Seminário “Arquivos & História” e para as publicações do Arquivo, das quais oportunamente daremos conta mais pormenorizada. A **Notícia** rejubila-se com mais este empreendimento da instituição da Rua Dona Antônia de Queiroz, reflexo do dinamismo e capacidade de seu diretor. ONM

Cadernos de Estudos Regionais, ano II, número especial. João Pessoa, dezembro de 1979.

Publicação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba, o presente número vem todo consagrado a arrolamentos de acervos cartoriais de interesse para a História da Paraíba. Precedem-nos estudos teóricos e metodológicos de Joana Neves, Djana Soares de Galliza, Neiliane Maia e Ruston Lemos de Barros. Os acervos cartoriais arrolados referem-se às cidades de Bananeiras, São José do Cariri, Piancó, Pombal, Guarabira,

Mamanguape, Pilar e a própria capital. Trata-se de um programa de pesquisa do Núcleo dirigido por Rosa Maria Godoy Silveira e que edita a revista, visando a cobrir com seu trabalho todos os cartórios daquele Estado. Bem orientado e com o espírito que anima seus executores, não duvidamos do alcance final do projeto. Complementando o volume, a reprodução em fac-símile de alguns documentos cartoriais. ONM.

Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, nº 13, São Paulo, setembro de 1980.

Na apresentação deste volume, escreve Maria Isaura Pereira de Queiroz: “**Cadernos**, revista anual do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, publica o seu nº 13; número cabalístico, número da sorte, que fica marcado pela publicação de três simpósios realizados o ano passado, pelo Centro. O primeiro — Cultura Brasileira: realidade ou ilusão? — teve lugar no âmbito da III Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais; os dois seguintes foram levados a efeito no VI Encontro do Centro de Estudos Rurais e Urbanos. O índice dos trabalhos aqui apresentados demonstra suficientemente a importância de cada uma das reuniões. Publicando-as, procura-se fazer chegar aos que não puderam comparecer a tais conclaves, pelo menos os problemas sobre que versaram. É essa a razão pela qual **Cadernos** decidiu dar sempre a público as comunicações escritas discutidas seja em sua própria Reunião Anual, seja noutras reuniões e congressos em que estiveram a seu cargo tais programações. Assegura-se assim a finalidade de **Cadernos** de ser tanto um órgão de divulgação das atividades do Centro entre os associados, quanto um instrumento de apresentação de trabalhos e estudos ligados a questões que estejam na mira dos pesquisadores. Sem finalidades lucrativas, que nunca constituíram objetivos de **Cadernos** e muito menos do Centro, pretende a revista continuar a ser, como sempre foi, um veículo de comunicação entre os associados do Centro”. No primeiro simpósio, “Cultura Brasileira: realidade ou ilusão”, colaboram Renato Ortiz (“Cultura Popular e Memória Nacional”), Marlyse Meyer (“Um eterno retorno: as descobertas do Brasil”), Maria Sylvia Carvalho Franco (“O Ilustrado e o Filisteu”) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (“Cientistas sociais e autoconhecimento da cultura brasileira através do tempo”). No segundo, “Movimentos sociais urbanos: um balanço dos acontecimentos recentes”, colaboram: Lúcio Kowarick

(apresentação), Luís Antônio Machado da Silva e Alícia Ziccardi (“Notas para uma discussão sobre movimentos sociais urbanos”), Maria da Glória Marcondes Gohn (“A questão dos movimentos sociais urbanos”), Suely F. Neto Gonzales (“O problema habitacional e a ação popular”), Sílvio Marcelo Guimarães (“Os movimentos sociais urbanos recentes: o caso de Pernambuco”), José Walter Nunes, Jorge Adriano Sotero e Maria Lúcia de Resende (“Movimentos de moradores de Brasília: análise das Prefeituras das Superquadras residenciais”). E no terceiro, “Cooperativismo e Capitalismo”, encontramos comunicações de Maria Teresa Leme Fleury (Apresentação e “As relações produtor/cooperativa em uma sociedade capitalista”), João Elmo Schneider (“Desenvolvimento capitalista e Cooperativismo no Brasil”) e Ramon M. Garcia (“Os requisitos de um programa de treinamento em cooperativas”). Resenhas bibliográficas e noticiário complementam o volume. ONM

Estudos Brasileiros, vol. 4, nº 8. Curitiba, 1979.

Revista semestral do Centro de Estudos Brasileiros do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, apresenta-se a presente publicação como “veículo de divulgação da cultura e realidade nacionais”. Além de artigos originais, inclui comunicações, notas prévias e notícias de pesquisas em andamento. Com este propósito, a revista não pode deixar de apresentar o aspecto misto que revela, por exemplo, o número (último?) que temos em mãos. Nele figuram artigos sobre o desenvolvimento urbano de Foz do Iguaçu (Constantino Cominos), cultura de corantes – urumbebas e cochonilhas – introduzidas no Brasil meridional nos fins do século XVIII (Cecília Maria Westphalen), educação artística (Maria José Justino), política indigenista (Carmen Nicolussi Broli), a poética de Cecília Meireles (Zília Mara Scarpari Schmidt), teatro brasileiro (Vicente Ataíde) e anotações de uma conferência proferida na Universidade Federal do Paraná, em 9 de novembro de 1978, por Georges Gusdorf, filósofo da Universidade de Estrasburgo, “considerado um dos maiores mestres do pensamento atual”. Por **Estudos Brasileiros** responde Denise Azevedo Duarte Guimarães, que tem a assessorá-la, no Conselho Editorial, respeitáveis nomes da vida universitária paranaense: Brasil Pinheiro Machado, Constantino

Cominos, Igor Chmyz, Luiz Carlos Pereira Tourinho e Manoel de Oliveira Franco Sobrinho. Endereço para os eventuais interessados na publicação: Rua General Carneiro, 460, 11º andar, sala 1120, em Curitiba, Paraná. ONM

Estudos Ibero-Americanos, vol. V, nº 1. Porto Alegre, julho de 1979.

Publicação do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre), **Estudos Ibero-Americanos** é uma revista que tem por objetivo o estudo da História e da Literatura do mundo ibero-americano através da crítica e da investigação. “Consciente da importância e responsabilidade cultural e histórica ibero-americana”, diz a nota de apresentação, “deseja contribuir para um melhor conhecimento deste mundo, abrindo suas páginas de maneira especial àqueles trabalhos que estudam a relação e influência entre as fontes do mesmo. Estimulará aquelas contribuições que, de maneira objetiva e séria, difundam os valores humanísticos da História e da Literatura, sem esquecer que um profundo e autocrítico conhecimento da cultura não se alcança senão através de uma meticulosa pesquisa”. Colaboram neste último número: Raul Federico Abadie-Aicardi sobre a mineração na primeira etapa da economia boliviana (1825 – 1879); Ari Pedro Oro sobre os índios Tukuna e o “Movimento de Santa Cruz”; Lawrence James Nielsen sobre a queda de Ormuz, um incidente na rivalidade anglo-ibérica no controle do comércio do Oriente (em inglês); e Arno Alvarez Kern, sobre a unidade política dos Trinta Povos das Missões. Chamamos a atenção para o interesse deste último trabalho, que aborda assunto diretamente ligado à nossa História. Encerra o volume uma “nota de pesquisa” de Nelma Baldin sobre “Questões com estrangeiros no Primeiro Reinado”, na qual estuda particularmente o caso do bergantim inglês **Dart**, na Província de Santa Catarina. ONM

Memória da I Semana da História. Franca, 1979.

Esta publicação já se ocupou demoradamente da I Semana da História, realizada na cidade paulista de Franca em junho de 1979, promovida pelo Instituto de História e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Dr. Júlio de Mesquita Filho. Um ano depois, por ocasião da II Semana, pôde o Professor Manuel Nunes Dias, Diretor da entidade e idealizador da Semana, distribuir a **Memória**, reunindo todos os trabalhos

apresentados à I Semana. Como se noticiou na ocasião o tema da “Semana” versou sobre Fontes Históricas, entendida a expressão no seu sentido mais amplo, o que propiciou a apresentação de variadíssima gama de trabalhos, todos de grande interesse por constituírem subsídios preciosos aos estudos históricos. Eis a relação das comunicações constantes do belo volume que vem de ser editado: “Jornais e Depoimentos” (Dióres Santos Abreu), “Fontes da Demografia Histórica de Claraval, Ibiraci e Santa Rita de Cássia” (Aparecida da Glória Aissar), “As barreiras como fontes primárias para a História da Província de São Paulo no século XIX” (José Jobson de Andrade Arruda), “A fundação dos cursos jurídicos no Brasil e as idéias liberais na Faculdade de Direito de São Paulo” (Brasil Bandecchi), “Levantamento das fontes primárias da História do Espírito Santo” (Gabriel Augusto de Mello Bittencourt e Sonia Maria Demoner), “A Paleografia e as fontes históricas cifradas ou Criptografia” e “A ocupação de Portugal pelo Exército Espanhol em 1580, segundo fontes cifradas francesas” (Ricardo Roman Blanco), “Fontes portuguesas da História à luz de uma revisão da historiografia da Cultura Brasileira” (Francisco da Gama Caiiro), “Da falência e liquidação do Banco do Brasil” (José Benedito dos Santos Camargo e Luiz Antonio Hungria Cecci), “Um Centro de Documentação Histórica e Social, matriz da fonte histórica” (José Ferreira Carrato), “Gazeta do México: fonte para o estudo do sal do Campeche” (Suely Machado Crespo), “Subsídios para a História do Município de Franca” (Myrtes Palermo Cristóvão), “Fontes da Junta Liquidatária dos Fundos das Companhias Pombalinas do Brasil” (Manuel Nunes Dias), “Contratadores e Contratos no período colonial: uma hipótese de trabalho” (Myriam Ellis), “Algumas questões concernentes à metodologia na pesquisa histórica moderna dos judeus e o conhecimento de suas fontes” (Nachman Falbel), “Fontes para a história urbana” (Eduardo d’Oliveira França), “Fontes concernentes a brasileiros em instituições de ensino da Europa” (Divaldo Gaspar de Freitas), “A documentação oral: uma experiência na PUC/SP” (Luciara Silveira de Aragão e Frota), “Documentos para o estudo da emancipação política do Uruguai” (Emanuel Soares da Veiga Garcia), “Fontes da História do Brasil: perigos de destruição” (Américo Jacobina Lacombe), “Fontes do Arquivo Secreto do Vaticano” (Sebastião Romano Machado), “Os registros eclesiásticos e a demografia histórica da América Latina” (Maria Luiza Marcílio), “A literatura dos viajantes

estrangeiros como fonte para a nossa História” (Odilon Nogueira de Matos), “A Colônia do Sacramento e a origem de sua fundação” (Marcos Carneiro de Mendonça), “Fontes manuscritas em português nos arquivos da Rússia” (Victoria Namestnikov El Murr), “Dois arquivos com documentação para a história demográfica de Santa Catarina” (Lawrence James Nielsen), “Subsídios para a história marítima francesa no Arquivo Nacional de Paris” (Fernando Nogueira), “Os 300 anos do Habeas Corpus” (Alfredo Palermo), “Contribuição da Pré-História às fontes da História” (J. Afonso de Moraes B. Passos), “Documentos com dados relativos ao Brasil existentes no Arquivo Nacional da Bolívia, 1767/1825” (Jaciro C. Patrício), “A Casa dos Contos de Vila Rica” (Milza Bruxelas Peixoto), “Fontes para a História de Santa Catarina: análise e perspectiva” (Walter F. Piazza), “Arquivo Histórico do Itamarati” (Leon Pomerantz), “A epopéia missionária da Terceira Ordem Regular de São Francisco no Mato Grosso: levantamento do jornal ‘A Cruz’” (Maria da Glória Alves Portal), “Acervos municipais: um exemplo de busca” (Zélia Maria Neves Presotto), “Fontes para o estudo da propriedade rural paulista” (Haidée Marquiafave Pugliesi), “Os recenseamentos como fonte para a História de São Paulo na segunda metade do século XVIII” (Elizabeth Darwiche Rabello), “Administração pública no Rio de Janeiro, 1808/1821” (David Rabello), “A pintura russa no século XIX: fonte para a História” (Maria da Conceição Martins Ribeiro), “Franca, fonte de os árabes no Brasil” (Jorge S. Safady), “Fontes essenciais e acessórias para a História da Medicina Brasileira” (Lycurgo de Castro Santos Filho), “Varnhagen e as fontes da História” (Paulo da Silveira Santos), “Fontes para a história religiosa” (Sônia A. Siqueira), “Fontes históricas diplomáticas” (Teixeira Soares), “A obra de Augustin Cochin e as fontes para o estudo das sociedades de pensamento do século XVIII em França no concernente à dinâmica do processo revolucionário” (José Pedro Galvão de Sousa), “Contribuição dos arquivos dos cartórios para o estudo das propriedades agrícolas em Franca” (Ana Tereza Jacinto Teixeira), “Fontes manuscritas para a História do Brasil existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (José Augusto Vaz Valente) e “A história oral e as fontes da história regional: tentativa de exemplificação” (Elda Terezinha Coelho Zan.)

Revista da Academia Paulista de Letras, nº 97. São Paulo, março de 1980.

Além dos discursos proferidos na posse do Acadêmico Brasil Bandecchi, publica este volume colaborações de João de Scantimburgo (“A Filosofia Política de Camões”), Edith Maria Ribeiro de Barros Martins (“José Geraldo Vieira, o ecumênico”), Péricles Eugênio da Silva Ramos (sobre Raul Pompéia), Maria de Lourdes Teixeira (“Evocação de Sérgio Milliet”), Fernando Whitaker da Cunha (“Frades ou Padres?”), Pedro de Oliveira Ribeiro Neto (“Dois livros sobre um poeta”) e Mário Donato (“Versos de circunstância”; entre estes, o poema “Sou campineiro!” oferecido pelo autor (campineiro) a outro campineiro, Leite Cordeiro). Na seção de Conferências: Ataliba Nogueira, sobre o cinquentenário da morte do autor do Hino Nacional; Homero Silveira, sobre Machado de Assis; Francisco Marins, sobre Euclides da Cunha; A. Delorenzo Neto, sobre a permanência da filosofia na cultura alemã; e de Alberto Prado Guimarães, sobre a família Lébeis, “uma família de artistas”. Complementam o volume relatórios, pequenas comunicações lidas nas sessões da Academia e noticiário. ONM

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 76. São Paulo, 1980.

A mais antiga publicação paulista na área dos estudos históricos publica em seu último volume variada colaboração, constituída em grande parte de trabalhos apresentados nas reuniões mensais do Instituto. Assinam as colaborações do vol. 76 expressivos nomes do quadro social do sodalício: Duílio Crispim Farina (sobre Guilherme Milward e José Aires Neto, duas grandes figuras da medicina paulista), Geraldo Dutra de Moraes (“A Casa do Grito, um rancho setecentista”), Mário Savelli (“Considerações sobre uma grande data”), Lycurgo de Castro Santos Filho (“Heitor Penteado”), Paulo Bonfim (“A vida boêmia de meu tempo”), Agostinho Ramos (“Aureliano Leite humorista”), Maria Amália Corrêa Giffoni (“São Francisco de Paula, Santo do Brasil colonial”), Silveira Peixoto (“O último dia da nossa guerra pela lei”), Raul Leme Monteiro (sobre José Maria Whitaker), Délio Freire dos Santos (“Titulares do Império na Província de São Paulo”), Arrison de Souza Ferraz (sobre o General Osório), Emília Abranches Viotti (“Primeiras recordações”), Roberto

Machado Carvalho (conferências comemorativas do sesquicentenário de João Tibiriçá Piratininga e do centenário de Francisco Nardy Filho), João Gabriel Sant'Ana ("Famílias Paulistas de Santos"), Célio Debes ("Relações de trabalho no Brasil: aspectos de sua evolução histórica"), Brasil Bandecchi "Perfil do Mestre", discurso em homenagem a Ernesto Leme), Antônio Barbosa Lima (conferência sobre Rafael Sampaio), Mons. Luis Castanho de Almeida ("José Bonifácio o Moço e o Tropeirismo"), Henrique Oscar Wiederspahn ("O Duque de Caxias, o Condestável do Império, também é um Amaral, da estirpe dos Amaral Gurgel do Rio de Janeiro e de São Paulo"), Alcindo Brito (conferência sobre Frei Vicente do Salvador), Dom Martinho Johnson (sobre o cantochão), A. Roberto de Paula Leite ("Notas sobre a História das Idéias Filosóficas no Brasil"), Lycurgo de Castro Santos Filho (conferência sobre Heitor Penteado, a propósito do centenário de seu nascimento e sobre as cartas de Ricardo Gumbleton Daunt) e Odilon Nogueira de Matos ("Considerações sobre a República"). Necrológio dos sócios falecidos em 1979: José Eugênio de Paula Assis, Mons. Paulo Aurisol Cavalheiro Freire, Agostinho Ramos, Frederico Lane, Vicente de Paulo Vicente de Azevedo, Antônio Carlos Cardoso, Benedito Montenegro, Fernando Homem de Melo Lacerda, Hilário Veiga de Carvalho, César Salgado, José Herculano Pires, Luis Antônio da Gama e Silva, Cristóvão de Camargo, Elmano Cardim, Paulo de Campos Porto, Roberto Macedo, Ambrósio Pereira e Moacir de Faria Jordão. Complementam o volume peças administrativas, tais como relatório da Diretoria, balanço, as atas de 1978 e 79 e ainda o quadro social do Instituto. Convém recordar a propósito do sodalício da Rua Benjamim Constant, que a sua diretoria foi reconduzida para o biênio 1981/82, tendo como Presidente José Pedro Leite Cordeiro. ONM

Revista Letras nº 28. Curitiba, 1979.

Publicação do curso de Letras da Universidade Federal do Paraná, o presente número é, em boa proporção, consagrado ao Professor Rosário Mansur Guérios, transcrevendo discursos na homenagem a ele prestada por ocasião de seu afastamento, por haver atingido a idade-limite permitida para o funcionalismo público. A bela folha de serviços do ilustre professor paranaense no campo da Lingüística vem ressaltada em diversas páginas, especialmente no artigo de Luigi Castagnola. No volume, estudos sobre José Luís Borges,

Pirandello, José Cardoso Pires (capítulo de uma tese sobre o romance “O Delfim”), Tennessee Williams, Jane Austen, Rafael Alberti etc. Revista poliglota, com artigos publicados também em espanhol, inglês e alemão, figuram como colaboradores deste número (último ?): Oswaldo Arns, Ocyron Cunha, Adelaide M. Villa, Luigi Castagnola, Juril do Nascimento Campelo, Reinaldo Bossmann, Sigrid Renaux, Brunhilde Reichmann Lemos, Carlos Alberto Faraco, José Luiz Mercer, Zília Mara Scapari Schmidt, Michael Alan Watkins, Leonilda Ambrósio, Carlina Massi Albanese, Miguelina Soifer e Cecília Teixeira de Oliveira Zokner. Responsáveis pela revista: Professores Reinaldo Bossmann e Cleusa César de Paula, a quem tributamos nossos cumprimentos pela excelência da publicação, criada há quase trinta anos por Rosário Mansur Guérios, e que se destina, segundo as palavras de apresentação do número inicial, “não apenas a perpetuar a messe de fúlgidas inteligências, ao intercâmbio de pensamento sempre valioso para as melhores conquistas do saber, mas também à guarda do idioma nacional, como instrumento mantenedor de nossas tradições”. Endereço para os eventuais interessados: Rua General Carneiro, 460, 11º andar, em Curitiba, Paraná. ONM

*

* *

NECROLÓGIO

Odilon Nogueira de Matos

JOÃO AMENDOLA

Livrinho que conservo com muito carinho em minha biblioteca é uma edição liliputiana de **Os Lusíadas**, publicada pelos velhos editores Schmidt e Guenther, de Leipzig, Alemanha. Mas o que me leva a estimar deveras esse minúsculo volume não é tanto a obra imortal que ele encerra, pois dela tenho edições melhores. O que para mim o valoriza extremamente é uma pequena etiqueta colada no verso de uma das capas e na qual se lê “Livreria João Amendola”. Tenho-o há mais de cinquenta anos. A pequena etiqueta associada ao maior livro da língua portuguesa sempre me fez recordar o papel que representou na vida campineira aquela livreria então situada à Rua General Osório, e na qual todos nós, meninos de escola da época, compramos nossos primeiros livros. Por muito tempo

Pirandello, José Cardoso Pires (capítulo de uma tese sobre o romance “O Delfim”), Tennessee Williams, Jane Austen, Rafael Alberti etc. Revista poliglota, com artigos publicados também em espanhol, inglês e alemão, figuram como colaboradores deste número (último ?): Oswaldo Arns, Ocyron Cunha, Adelaide M. Villa, Luigi Castagnola, Juril do Nascimento Campelo, Reinaldo Bossmann, Sigrid Renaux, Brunhilde Reichmann Lemos, Carlos Alberto Faraco, José Luiz Mercer, Zília Mara Scapari Schmidt, Michael Alan Watkins, Leonilda Ambrósio, Carlina Massi Albanese, Miguelina Soifer e Cecília Teixeira de Oliveira Zokner. Responsáveis pela revista: Professores Reinaldo Bossmann e Cleusa César de Paula, a quem tributamos nossos cumprimentos pela excelência da publicação, criada há quase trinta anos por Rosário Mansur Guérios, e que se destina, segundo as palavras de apresentação do número inicial, “não apenas a perpetuar a messe de fúlgidas inteligências, ao intercâmbio de pensamento sempre valioso para as melhores conquistas do saber, mas também à guarda do idioma nacional, como instrumento mantenedor de nossas tradições”. Endereço para os eventuais interessados: Rua General Carneiro, 460, 11º andar, em Curitiba, Paraná. ONM

*

* *

NECROLÓGIO

Odilon Nogueira de Matos

JOÃO AMENDOLA

Livrinho que conservo com muito carinho em minha biblioteca é uma edição liliputiana de **Os Lusíadas**, publicada pelos velhos editores Schmidt e Guenther, de Leipzig, Alemanha. Mas o que me leva a estimar deveras esse minúsculo volume não é tanto a obra imortal que ele encerra, pois dela tenho edições melhores. O que para mim o valoriza extremamente é uma pequena etiqueta colada no verso de uma das capas e na qual se lê “Livreria João Amendola”. Tenho-o há mais de cinquenta anos. A pequena etiqueta associada ao maior livro da língua portuguesa sempre me fez recordar o papel que representou na vida campineira aquela livreria então situada à Rua General Osório, e na qual todos nós, meninos de escola da época, compramos nossos primeiros livros. Por muito tempo

conservei, entre outros, o **Narizinho Arrebitado**, de Monteiro Lobato, uma adaptação feita também por Lobato das aventuras de Hans Staden no Brasil quinhentista e as aventuras do mentirosíssimo Barão de Munchhausen, de um autor alemão, Burger, se a memória não me falha. E mais tarde, quando já podia ler livros de outra natureza, ali no velho Amendola fui buscar minhas primeiras leituras.

É uma pena não possamos conservar por toda a nossa vida os livros em que aprendemos a ler ou os primeiros que lemos. Vão naturalmente desaparecendo com o tempo. Gostaria de os ter conservado, quando nada por os ter mostrado ao querido João Amendola, que há pouco nos deixou, depois de prolongada enfermidade, para que ele visse quanto lhe fiquei devendo em minha formação de adolescente. Mas se não os mostrei, sobre eles falei com frequência naqueles “papos” descontraídos em que nos comprazíamos quando nos encontrávamos na livraria do Azael. Sua conversa era agradável, culta, deixando transparecer bela cultura humanística, que revelava a todo o instante no trato não só dos autores antigos (especialmente os da literatura italiana), como dos modernos, que, embora não os apreciasse muito, não os ignorava.

Duas ou três vezes tive oportunidade de transcrever nas páginas desta revista artigos de sua lavra, publicados originalmente na imprensa diária. Tinha o bom amigo verdadeira ojeriza pelas más traduções. Num dos nossos últimos encontros, a conversa versou exatamente sobre verdadeiro atentado cometido em recente tradução de **I Promessi Sposi**, de Manzoni.

Sua livraria marcou época na vida da cidade. Se pensarmos um pouco, não será difícil recordar o quanto quanta gente ficou a dever ao bom livreiro, que até auxílios materiais prestava aos estudantes menos favorecidos. Mas Amendola não era só livreiro. Era também excelente escritor, tendo deixado, além de um livro de viagens, o melhor dicionário italiano-português que já se publicou no País, e ainda algumas traduções, entre as quais uma, verdadeiramente magistral, do famoso e humaníssimo livro de Amicis, tão lido em minha adolescência, e que ainda se reedita.

GEORGES RAEDERS

Em meados de outubro do ano passado, faleceu na capital paulista uma das mais expressivas figuras da vida cultural de São Paulo e do Brasil: o Professor Georges Raeders, nome bastante vinculado a esta cidade, pois fez parte do grupo inicial de professores convidados pelo saudoso Monsenhor Salim para fundar em Campinas uma Faculdade de Filosofia, que foi, como todos sabem, o núcleo de nossa hoje grandiosa Pontifícia Universidade Católica. Muitos e muitos anos — creio que mais de quinze — Georges Raeders, embora residindo em São Paulo, colaborou

ativamente com nossa Universidade. Guardo excelente recordação do convívio com o grande mestre, pois, por uma feliz coincidência, nossos dias de aulas eram os mesmos. Tive-o por companheiro não só nos trabalhos universitários, mas nas viagens que semanalmente empreendíamos e ainda nos momentos de lazer, especialmente à hora das refeições, quando todos nós, professores, nos beneficiávamos de sua agradabilíssima conversa, alicerçada sempre em sólido saber.

Era professor de Literatura Francesa, mas seus interesses culturais eram os mais variados, tendo-se dedicado, inclusive, à pesquisa histórica, produzindo alguns livros do mais alto interesse para o estudo das relações culturais entre o Brasil e a França, sua pátria. Muito escreveu em revistas brasileiras e francesas e, nestas, teve sempre a preocupação de divulgar em seu país os autores brasileiros. Do que publicou em livro, recordo **D. Pedro II e o Conde de Gobineau** (editado na prestigiosa coleção “Brasíliana”), **D. Pedro II e os sábios franceses**, a utilíssima **Bibliographie Franco-Bresilienne** (publicada pelo Instituto Nacional do Livro) e, mais recente, **O Conde de Gobineau no Brasil**, publicado pela Secretaria de Cultura do Estado e que constituiu originalmente a tese com que obteve o grau de Doutor na Universidade de Paris e fora publicada primeiramente em francês pelas Nouvelles Editions Latines, em 1934.

Da última vez em que nos encontramos — há quase dez anos — contou-me Raeders que estava preparando um livro sobre o Brasil, nos moldes da conhecida coleção francesa **La Vie Quotidienne**. Esta coleção, preciosa sob todos os aspectos, e que já conta quase uma centena de volumes, apresenta-nos a “vida quotidiana” em tudo quanto é lugar e nos mais variados momentos, mas nela nada existe sobre o nosso País. Nela, como se diz, o Brasil brilha pela ausência. O livro que Raeders tinha em mente escrever (ou talvez já estivesse escrevendo) chamar-se-ia **A vida quotidiana no Brasil de D. Pedro II** e viria preencher a sensível lacuna na valiosa coleção. Teria o mestre chegado a escrevê-lo ?

Muito interessado em teatro (como bom professor de Literatura), a mais antiga lembrança que dele guardo prende-se ao grupo de teatro que lá por 1939 ou 40, fundou na Universidade de São Paulo e que se manteve por algum tempo graças exclusivamente à sua dedicação, que o levava a arcar praticamente com todas as despesas, desde a roupa dos atores até a encenação das peças.

Lamento que as contingências da vida não me propiciassem um maior relacionamento com o grande professor. Mas não me sentiria tranqüilo se não lhe celebrasse a memória ainda que por intermédio desta modestíssima nota.

*

* *

MEMÓRIA CAMPINEIRA (10)

O VISCONDE ANFITRIÃO DE SUAS MAJESTADES

Sob o título supra, o historiador campineiro Celso Maria de Melo Pupo apresentou interessante trabalho a um Congresso de História realizado no Rio de Janeiro em dezembro de 1975, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para comemorar o sesquicentenário do nascimento de D. Pedro II. Encarregado de opinar sobre o trabalho de Celso Maria de Melo Pupo, ainda inédito, pois os anais do referido Congresso até o momento não foram publicados, o responsável por esta publicação exarou o parecer que aqui se transcreve e no qual se ressalta o interesse da monografia do dedicado pesquisador do passado de Campinas.

Embora o autor indicasse, à guisa de subtítulo, que seu trabalho trata de “Genealogia e Heráldica”, ele se reveste, também, de grande interesse para a história social. Aliás, o próprio autor o sugere, ao conceituar sua maneira de entender a genealogia, logo à página inicial: “legítimo é que se restrinja a descrição de gerações descendentes, estendendo os estudos a aspectos sociais dos antepassados”. Daí a monografia do historiador campinense constituir-se em excelente achega à história social, não apenas de sua cidade, mas de São Paulo, pois, ao tratar da família Amaral Gurgel, não se limitou a suas linhas genealógicas, mas à participação de seus membros na vida social e política.

O “Visconde anfitrião”, a que se refere o título, é Joaquim Bonifácio do Amaral, Visconde de Indaiatuba, figura de intensa participação na vida econômica, social e política de Campinas e da Província paulista no século passado. É importante lembrar que o Visconde de Indaiatuba foi um dos pioneiros do trabalho livre em São Paulo, experimentando, com colonos europeus, o sistema de parceria na sua Fazenda Sete Quedas, em Campinas. Mais ainda: deixou o Visconde de Indaiatuba importante memória sobre o trabalho livre, documento precioso de nossa bibliografia, pois, como todos sabem, são bastante raros, entre nós, os escritos de fazendeiros.

Pois bem: ao Visconde de Indaiatuba coube a honra de hospedar os Imperadores nas duas visitas a Campinas, em 1875 e em 1878. É a reconstituição dessas visitas, melhor dizendo dessa hospedagem oferecida pelo fazendeiro campinense, tanto em sua fazenda como no “paço” da cidade, que o autor nos oferece em seu trabalho. Daí seu título.

Todavia, o trabalho contém muito mais do que o título sugere. Tratando do Visconde — e por natural associação — o autor cuida da

família Amaral Gurgel, “nome que se gravou no berço do Rio de Janeiro” e daqui “transpôs umbral para se espalhar pelo Brasil, buscar longínquas paragens onde se repetisse o eco de sua grandeza e firmasse pendões de patriotismo, de benemerência de talento, de cultura e de civilização”. Antes da união, trata o autor, com maestria, dos Amarais e dos Gurgéis, e aqui, sim, seu trabalho oferece subsídios valiosos à heráldica e à genealogia, mas sempre dentro de sua maneira de entender as duas ciências.

Indicações precisas das fontes utilizadas enriquece o trabalho de Celso Maria de Mello Pupo, que recomendamos à publicação nos Anais do Congresso.

É justo que se diga, de passagem, que o autor já é um nome firmado no campo da história regional. Seu livro “Campinas: berço e juventude” tem sido considerado um dos melhores trabalhos de história urbana já elaborados em nosso país, no que se refere à história de uma cidade.

*
* *

TRANSCRIÇÃO

CAMINHOS ANTIGOS NA PARAÍBA

José Américo de Almeida

A facilidade de comunicação estimula, em toda parte, as forças produtivas. A história do transporte confunde-se com a do comércio. Como poderiam desenvolver-se no estado atual da economia, as zonas mais dotadas pela natureza, sem esse instrumento de valorização ?

A Paraíba apresenta, mais do que qualquer outra das nossas regiões, o exemplo do obstáculo da distância. A forma oblonga do território, que já responsabilizei como perturbadora da unidade antropogeográfica, é um fator de dispersão. Mas o trem de ferro não vem conquistar nossos sertões. Se essa faixa de terra ainda estivesse ínvia e despovoada, deveria, a exemplo do que se pratica alhures, ser violada pela maravilhosa influência da locomotiva, pois que, assim, se incorporaria à civilização brasileira. Um país, impedido, constitucionalmente, de se empenhar em guerras que o dilatam além de suas fronteiras, deve, ao menos, apropriar-se do que é seu, por esse processo pacífico e compensador.

família Amaral Gurgel, “nome que se gravou no berço do Rio de Janeiro” e daqui “transpôs umbral para se espalhar pelo Brasil, buscar longínquas paragens onde se repetisse o eco de sua grandeza e firmasse pendões de patriotismo, de benemerência de talento, de cultura e de civilização”. Antes da união, trata o autor, com maestria, dos Amarais e dos Gurgéis, e aqui, sim, seu trabalho oferece subsídios valiosos à heráldica e à genealogia, mas sempre dentro de sua maneira de entender as duas ciências.

Indicações precisas das fontes utilizadas enriquece o trabalho de Celso Maria de Mello Pupo, que recomendamos à publicação nos Anais do Congresso.

É justo que se diga, de passagem, que o autor já é um nome firmado no campo da história regional. Seu livro “Campinas: berço e juventude” tem sido considerado um dos melhores trabalhos de história urbana já elaborados em nosso país, no que se refere à história de uma cidade.

*
* *

TRANSCRIÇÃO

CAMINHOS ANTIGOS NA PARAÍBA

José Américo de Almeida

A facilidade de comunicação estimula, em toda parte, as forças produtivas. A história do transporte confunde-se com a do comércio. Como poderiam desenvolver-se no estado atual da economia, as zonas mais dotadas pela natureza, sem esse instrumento de valorização ?

A Paraíba apresenta, mais do que qualquer outra das nossas regiões, o exemplo do obstáculo da distância. A forma oblonga do território, que já responsabilizei como perturbadora da unidade antropogeográfica, é um fator de dispersão. Mas o trem de ferro não vem conquistar nossos sertões. Se essa faixa de terra ainda estivesse ínvia e despovoada, deveria, a exemplo do que se pratica alhures, ser violada pela maravilhosa influência da locomotiva, pois que, assim, se incorporaria à civilização brasileira. Um país, impedido, constitucionalmente, de se empenhar em guerras que o dilatam além de suas fronteiras, deve, ao menos, apropriar-se do que é seu, por esse processo pacífico e compensador.

A exploração do noroeste devia coincidir com a utilização do nordeste para que o Brasil se engrandeça dentro de seus próprios limites.

A estrada de penetração da Paraíba não avança pelo deserto. Esse traçado tem um evidente valor econômico, porque corta uma zona de intensa atividade e densamente povoada. São múltiplos os seus destinos; mas é fácil justificá-lo pelo só interesse da produção. Não é possível, entretanto, compreender todos os benefícios do desenvolvimento dos nossos meios de circulação e, principalmente, do acesso à zona de além-serra sem o exame comparativo das condições regionais desse problema, em face das necessidades recrescentes.

Lembra Irineu Joffily que “foram três os primitivos condutos por onde a Paraíba recebeu elementos colonizadores, todos três em sua fronteira meridional, porque somente desta direção terrestre e pela linha marítima podia vir-lhe a vida civilizada”. A estrada que unia a Pernambuco e por onde chegavam recursos para a defesa e a estabilidade do núcleo nascente tinha o seguinte traçado: partindo de Olinda, passava por Igarapé e, depois por Goiana, e penetrando em nosso território através de Taquara, Alhandra e Jacoca, entrava na capital, primeiro pelas Marés e, afinal, por Cruz das Almas. Para as fundações do Rio Grande do Norte e do Ceará, essa estrada prolongou-se ao longo do litoral. Segundo o citado historiador paraibano, foi essa a nossa única via de comunicação terrestre “até mesmo depois de extinto o domínio holandês”. Mas em 1620 a conquista do interior já havia atingido o atual município de Itabaiana, onde se contavam fazendas de criação. Devia ser fácil o trânsito nesse rumo, pelo menos até o aldeamento de índios de Taipu.

O segundo conduto é marcado pelo itinerário do padre Nantes para a aldeia dos cariris, no Boqueirão. Diz o autor das **Notas sobre a Paraíba**: “Esse caminho que o venerando capuchinho francês nos pinta atravancado de canas bravas era provavelmente por onde se comunicava Antônio de Oliveira com a sua fazenda de criação, sita nas proximidades da mesma aldeia, e foi por ele que devia ter transitado diversas vezes o padre Teodósio de Lucé, desde quase dois anos antes. E grande parte dele provavelmente foi aproveitado na estrada que hoje liga essa parte do sertão da Paraíba à cidade do Recife.” Não parece que houvesse ainda um caminho praticável, através, em certa passagem, de uma floresta de onze léguas de extensão, emaranhada de “cannes sauvages creuses au dedans, grosses de la moitié du bras”.

A terceira via foi a **entrada** dos sertanistas da margem do São Francisco. Por aí foi trazido o gado com que se fundaram as primeiras fazendas do alto sertão. A bandeira de Teodósio de Oliveira Ledo ligou, afinal, as zonas conquistadas, estabelecendo as relações de todo o interior com a sede da capitania.

Foi esse o nosso sistema de comunicação interna, em todo o território, até 1883. O nosso progresso teve, até essa parte, a morosidade do carro de boi.

(*A Paraíba e seus problemas*, pp. 343/345. 3^a edição, revista. João Pessoa, Secretaria da Educação e Cultura, 1980.)

*
* * *

TEXTOS

(Sugestões para Seminários)

REVOLUÇÃO NACIONAL (Getúlio Vargas)

No Brasil, salvo pequenas exceções, não existe regime representativo. Não há eleições, no exato sentido desta palavra.

Na maior parte dos Estados do Brasil, as eleições são lavradas em atas falsas, feitas nas casas dos apaniguados dos governos locais, sem interferência do povo. Por este sistema se elegem os governos estaduais e a representação dos Estados. Esta gente, pelo mesmo sistema, escolhe e elege o presidente da República. Este, amparado na força e nos recursos do Tesouro, apóia todos os desmandos dos governos locais que, por sua vez, dão carta branca ao ocupante do Catete. O Congresso Nacional eleito por esse sistema é de simples mandatários dos governos locais; fazem os que estes lhes mandam, abdicando de suas prerrogativas para servir incondicionalmente ao governo federal.

Em resumo, dentro dum regime de simples ficção constitucional, o presidente da República governa discricionariamente, sem controle e sem responsabilidade. O governo onipotente dum homem que domina sem responsabilidade é a causa de todos os abusos.

Cansada de lutar inutilmente contra essa máquina política, desesperada de melhorar a situação do País, dentro das possibilidades legais, decidiu-se a Nação pela luta armada.

Trata-se de uma revolução nacional, generalizada em todo o País, com raízes profundas na consciência popular e que traz consigo um vasto plano de reformas de ordem moral, política, econômica e financeira.

O novo governo dará anistia ampla a todos os implicados em revoluções anteriores.

Foi esse o nosso sistema de comunicação interna, em todo o território, até 1883. O nosso progresso teve, até essa parte, a morosidade do carro de boi.

(*A Paraíba e seus problemas*, pp. 343/345. 3^a edição, revista. João Pessoa, Secretaria da Educação e Cultura, 1980.)

*
* *
*

TEXTOS

(Sugestões para Seminários)

REVOLUÇÃO NACIONAL (Getúlio Vargas)

No Brasil, salvo pequenas exceções, não existe regime representativo. Não há eleições, no exato sentido desta palavra.

Na maior parte dos Estados do Brasil, as eleições são lavradas em atas falsas, feitas nas casas dos apaniguados dos governos locais, sem interferência do povo. Por este sistema se elegem os governos estaduais e a representação dos Estados. Esta gente, pelo mesmo sistema, escolhe e elege o presidente da República. Este, amparado na força e nos recursos do Tesouro, apóia todos os desmandos dos governos locais que, por sua vez, dão carta branca ao ocupante do Catete. O Congresso Nacional eleito por esse sistema é de simples mandatários dos governos locais; fazem os que estes lhes mandam, abdicando de suas prerrogativas para servir incondicionalmente ao governo federal.

Em resumo, dentro dum regime de simples ficção constitucional, o presidente da República governa discricionariamente, sem controle e sem responsabilidade. O governo onipotente dum homem que domina sem responsabilidade é a causa de todos os abusos.

Cansada de lutar inutilmente contra essa máquina política, desesperada de melhorar a situação do País, dentro das possibilidades legais, decidiu-se a Nação pela luta armada.

Trata-se de uma revolução nacional, generalizada em todo o País, com raízes profundas na consciência popular e que traz consigo um vasto plano de reformas de ordem moral, política, econômica e financeira.

O novo governo dará anistia ampla a todos os implicados em revoluções anteriores.

As causas determinantes da revolução já deixavam prever suas finalidades essenciais que não podem ser outras senão as de repor o País na prática de um regime honesto, assegurado, na esfera nacional e estadual, o livre e harmônico funcionamento de todos os órgãos do Poder, sem hegemonias indébitas, que o próprio espírito de nossa organização repele, e promovendo uma série de medidas reclamadas insistentemente pela opinião pública, no tocante, sobretudo, ao processo eleitoral, à livre manifestação do pensamento e às franquias dos cidadãos.

Queremos estabelecer, dentro do País, um verdadeiro regime legal, de igualdade, de paz e a nossa política exterior será um reflexo da política de apaziguamento e de harmonia que pretendemos realizar dentro da própria casa, respeitados integralmente os compromissos assumidos até 3 de outubro do corrente ano e mantidas com maior eficácia as garantias asseguradas aos estrangeiros residentes no País.

(Entrevista à United Press, Porto Alegre, outubro de 1930; apud Hélio Silva, 1930: *A Revolução Traída*, 436/7. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.)

*

A DOUTRINA MONROE

(...)

Ficou dito no início da última sessão que um grande esforço estava sendo feito na Espanha e em Portugal para melhorar as condições do povo daqueles países e que ele parecia estar sendo conduzido com extraordinária moderação. Apenas é preciso observar que o resultado tem sido, muitíssimo diferente do então esperado. Dos acontecimentos ocorridos nesta parte do globo, da qual deriva a nossa origem, permanecemos sempre espectadores ansiosos e interessados. Os cidadãos dos Estados Unidos nutrem os mais amistosos sentimentos em prol da liberdade e felicidade dos seus concidadãos desde lado do Atlântico. Nas guerras das potências européias, em matéria que só a elas diga respeito, jamais tomamos a menor parte, nem cabe à nossa política fazê-lo. E somente quando os nossos direitos são investidos ou seriamente ameaçados é que nós ressentimos injúrias ou fazemos preparativos para nossa defesa. Necessariamente estamos mais de imediato ligados com os movimentos deste hemisfério e por motivos que devem ser óbvios a todos os observadores esclarecidos e imparciais. Nesse particular, o sistema político das potências aliadas é essencialmente diferente do da América. Tal diferença emana da existente nos respectivos Governos; e esta nação inteira é devotada à defesa do seu próprio governo, o qual foi edificado com a

As causas determinantes da revolução já deixavam prever suas finalidades essenciais que não podem ser outras senão as de repor o País na prática de um regime honesto, assegurado, na esfera nacional e estadual, o livre e harmônico funcionamento de todos os órgãos do Poder, sem hegemonias indébitas, que o próprio espírito de nossa organização repele, e promovendo uma série de medidas reclamadas insistentemente pela opinião pública, no tocante, sobretudo, ao processo eleitoral, à livre manifestação do pensamento e às franquias dos cidadãos.

Queremos estabelecer, dentro do País, um verdadeiro regime legal, de igualdade, de paz e a nossa política exterior será um reflexo da política de apaziguamento e de harmonia que pretendemos realizar dentro da própria casa, respeitados integralmente os compromissos assumidos até 3 de outubro do corrente ano e mantidas com maior eficácia as garantias asseguradas aos estrangeiros residentes no País.

(Entrevista à United Press, Porto Alegre, outubro de 1930; apud Hélio Silva, 1930: *A Revolução Traída*, 436/7. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.)

*

A DOUTRINA MONROE

(...)

Ficou dito no início da última sessão que um grande esforço estava sendo feito na Espanha e em Portugal para melhorar as condições do povo daqueles países e que ele parecia estar sendo conduzido com extraordinária moderação. Apenas é preciso observar que o resultado tem sido, muitíssimo diferente do então esperado. Dos acontecimentos ocorridos nesta parte do globo, da qual deriva a nossa origem, permanecemos sempre espectadores ansiosos e interessados. Os cidadãos dos Estados Unidos nutrem os mais amistosos sentimentos em prol da liberdade e felicidade dos seus concidadãos desde lado do Atlântico. Nas guerras das potências européias, em matéria que só a elas diga respeito, jamais tomamos a menor parte, nem cabe à nossa política fazê-lo. E somente quando os nossos direitos são investidos ou seriamente ameaçados é que nós ressentimos injúrias ou fazemos preparativos para nossa defesa. Necessariamente estamos mais de imediato ligados com os movimentos deste hemisfério e por motivos que devem ser óbvios a todos os observadores esclarecidos e imparciais. Nesse particular, o sistema político das potências aliadas é essencialmente diferente do da América. Tal diferença emana da existente nos respectivos Governos; e esta nação inteira é devotada à defesa do seu próprio governo, o qual foi edificado com a

perda de muito sangue e dinheiro e amadurecido pela sabedoria de seus mais esclarecidos cidadãos e sob o qual temos gozado excepcional felicidade.

Devemos, portanto, pelas sinceras e amistosas relações existentes entre os Estados Unidos e aquelas potências, declarar que consideraremos qualquer tentativa por parte delas de estender seu sistema a qualquer porção deste hemisfério como perigosa para a nossa paz e segurança. Não interferimos nem interferiremos nas colônias existentes ou dependentes de qualquer potência européia. Mas, quanto aos Governos que declararam sua independência que reconhecemos, depois de muita consideração e sob justos princípios, não poderemos ver nenhuma interferência por parte de qualquer potência européia com o propósito de oprimi-los ou controlar-lhes o destino senão como o da manifestação de uma disposição inamistosa para com os Estados Unidos.

(...) Nossa política em relação à Europa, adotada em um período inicial de guerras que agitaram durante tanto tempo aquele quadrante do globo, permanece todavia a mesma —, que é a de não interferir nos assuntos concernentes a qualquer dessas potências; a de considerar o governo de fato como o legítimo governo para nós; a de cultivar relações amistosas com ele e preservar aquelas relações com política franca, firme e viril, indo ao encontro, em todas as circunstâncias, dos justos reclamos de cada potência, não nos submetendo a injúrias de ninguém. Contudo, com referência a este continente, as circunstâncias são eminentes e visivelmente diferentes.

É impossível que as potências aliadas estendam seu sistema político a qualquer porção deste continente sem ameaçar nossa paz e felicidade; nem poderá ninguém acreditar que nossos irmãos do sul se entreguem a eles mesmos, o adotem de pleno conhecimento. É igualmente impossível, contudo, que olhemos com indiferença para tal interferência, sob qualquer forma que seja.

Se compararmos a força e os recursos da Espanha e o daqueles novos governos, bem como as distâncias que os separam, parecerá evidente que ela jamais poderá subjugar-los. Por isso a verdadeira política dos Estados Unidos é a de deixar as partes entregues a si mesmas, na esperança de que as outras potências seguirão a mesma trilha (...)

(Bloom, S. — *History of the formation of the Union under the Constitution*, 576/577. Washington, U. S. Constitutional Sesquicentennial Commission, 1943; apud Mattoso, Kátia M. de Queiroz — *Textos e documentos para o estudo da História Contemporânea*, 78/80. São Paulo, Hucitec/Editora da USP, 1977)

*

* *

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

LUÍS GONÇALVES DOS SANTOS (PADRE PERERECA)

(1767 – 1844)

Ou pela feiúra ou pela ligeireza — dois atributos do pequeno batráquio — a verdade é que o apelido se lhe colou ao nome de tal maneira que ele próprio o assinava: Padre Perereca, em vez do circunspecto Padre Luís Gonçalves dos Santos, nascido a 25 de abril de 1767, figura das mais curiosas de seu tempo. No Rio de Janeiro onde nasceu, sempre viveu, alcançando até o início do Segundo Reinado, pois faleceu a 1º de dezembro de 1844, com 77 anos de idade, sendo sepultado na Igreja de São Pedro, para cuja Irmandade entrara aos trinta anos e na qual exercera o cargo de tesoureiro dos clérigos pobres. Versado em teologia e em filosofia, dominando diversas línguas, foi professor do Seminário da Lapa. Dele diz Sacramento Blake que “sustentou luta na imprensa em favor do Brasil, numa época em que era perigoso pugnar por seus direitos; cooperou com sua pena para nossa independência, escrevendo no **Revêrbero** em 1821, mas ainda assim, foi, com outros patriotas notáveis, acusado de ser inimigo da emancipação pátria e acérrimo absolutista”.

Orando em seu sepultamento, em nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Cônego Januário da Cunha Barbosa recordou a obra do sacerdote e historiador. Certamente mais sacerdote que historiador, tendo, todavia, vinculado seu nome à historiografia brasileira por um precioso (nos dois sentidos) livro sobre a época de D. João VI: as **Memórias para servir à História do Reino do Brasil**, acrescentando, à guisa de informação, que eram “divididas em três épocas — da felicidade, honra e glória — e escritas na corte do Rio de Janeiro no ano de 1821 e oferecidas a S. Majestade El-Rei Nosso Senhor o Senhor D. João VI”. Saiu a obra publicada pela Impressão Régia, de Lisboa, em 1825, com a devida “Licença da Mesa do Desembargo do Paço”.

Embora não seja livro de leitura fácil, pelo preciosismo excessivamente rebuscado da época (pelo menos no Brasil), é fonte obrigatória para o conhecimento daquele importante período de nosso passado, verdadeira fase de transição em nossa História. Zélio Valverde houve por bem reeditá-lo, enriquecendo-o com eruditas e seguras notas de Noronha Santos, um dos maiores conhecedores da história do Rio de Janeiro. Todavia, datando já de quase quarenta anos, pois foi publicada em 1943, tal edição já é hoje bastante rara e os que a possuem dela não abrem mão de maneira alguma. A Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, anuncia nova edição, na preciosa coleção “Reconquista do Brasil”, mas até o momento em que redigimos esta nota ainda não foi publicada. Mas brevemente voltará o Padre Perereca a ser novamente lido e consultado pelos estudiosos de nosso passado.

Vigoroso polemista, andou às turras com o Reverendo Kidder a propósito das Bíblias, por ele consideradas falsas, que o simpático missionário metodista andou distribuindo pelo Brasil na época da Regência, quando esteve entre nós. Aliás, este preconceito da Igreja Católica contra as Bíblias ditas protestantes, diga-se de passagem, existiu até há pouco tempo: eram acusadas de “falsas” simplesmente porque não continham os livros deuterocanônicos do Velho Testamento. Quando muito poderiam ser acusadas de incompletas, mas nunca de falsas, se bem que a complementação delas por parte da Igreja Católica fosse muito posterior à fixação do cânon bíblico. A vocação do Perereca para a polêmica não se manifestava apenas no campo religioso, mas igualmente no político, como o prova, entre outros escritos seus, a **Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa em desagravo dos brasileiros ofendidos por várias asserções que escreveu em sua carta em resposta ao compadre de Belém, pelo filho do compadre do Rio de Janeiro**, escrito de 1821, em que se rebatem injúrias escritas em Portugal contra o Brasil e prova-se a ignorância dos publicistas de além-mar acerca das cousas do Brasil. A **Justa retribuição** do Perereca foi há pouco reeditado, juntamente com os opúsculos que a provocaram, pela Professora Rosemarie Erika Horch, do Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo) em volume a que deu como título **Cartas dos compadres de Belém e de Lisboa**, São Paulo, 1977, nº 4 da série “Textos e Documentos”, da Revista de História”, dirigida pelo saudoso Professor Eurípedes Simões de Paula.

A biblioteca do Departamento de História de nossa Universidade possui preciosa raridade: a tradução publicada pelo Perereca em 1840 do **Espírito da Bíblia ou Moral Universal Cristã**, do famoso Abade Martini, tão amigo de Mozart. Além dessa edição de 1840, Sacramento informa sobre mais duas outras, uma publicada na Bahia em 1847 e outra em São Paulo, em 1862. A edição aqui mencionada deve ser, então, a quarta do precioso livro, mas o curioso é registrar que esta última edição foi publicada em 1922 pelos... metodistas, que o Perereca tanto combateu !

Do Padre Luís Gonçalves dos Santos, o clássico dicionário bibliográfico de Sacramento Blake arrola 27 títulos, compreendendo obras históricas, literárias, teológicas, simplesmente devocionais, traduções e alguns inéditos. São os mesmos que, com pequena diferença de ordem, figuram no prefácio de Noronha Santos para a edição de Zélio Valverde das **Memórias para servir à história do Reino do Brasil**, publicada em 1943. Constituída na maior parte de obras de circunstância, escritas quase sempre ao ensejo de polémicas atuais na época, mas pelas quais pouco se interessariam os leitores de hoje, a obra do Perereca praticamente restringe-se às **Memórias**, único de seus trabalhos a merecer reedições. Sem falar, naturalmente, do esforço da Professora Rosemarie Horch desenterrando e reeditando a **Justa Retribuição**, a que já se fez referência.

Julgamos, todavia, oportuno arrolar sua produção, quando nada para mostrar sua atividade cultural no Rio de Janeiro de século e meio atrás:

1. **A Voz da Verdade, da Santa Igreja Católica, confundindo a voz da mentira do Amante da Humanidade para sedativo da efervescência casamenteira dos modernos anticelibatários.** Rio de Janeiro, 1820. (Sacramento cita 1830). É uma série de 16 cartas com todos os argumentos, desde as primeiras eras do catolicismo, exibidos a favor do celibato clerical, que o autor sustenta com citações dos doutores da Igreja e cânones dos concílios. Segundo o Cônego Fernandes Pinheiro, é a melhor obra teológica de Luís Gonçalves dos Santos e pode ser colocada a par dos melhores escritos do padre Antônio Pereira de Figueiredo.

2. **A impiedade confundida ou refutação da carta de Talleyrand ao Papa Pio VII.** Rio de Janeiro, 1820 (Sacramento cita 1830). Esta obra teve segunda edição em Pernambuco (1838), na qual se declara que o autor soubera, achando-se já muito adiantada a impressão, que a Sagrada Congregação do Index, de Roma, considerara apócrifa a carta de Talleyrand.

3. **Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa em desagravo dos brasileiros ofendidos por várias asserções que escreveu em sua carta em resposta ao compadre de Belém, pelo filho do compadre do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 1821; segunda edição em 1822; nova edição no volume **Cartas dos compadres de Belém e de Lisboa**, de Rosemarie Erika Horch, São Paulo 1977, col. "Textos e Documentos", vol. 4, da "Revista de História".

4. **A impostura desmascarada ou resposta que o filho do compadre do Rio de Janeiro dá ao compadre do Rio São Francisco do Norte.** Rio de Janeiro, 1821.

5. **Resposta analítica a um artigo do "Português Constitucional" em defesa dos direitos do Brasil.** Rio de Janeiro, 1821 (publicada com o pseudônimo de "Fluminense").

6. **O Campeão Português em Lisboa derrotado por terra a golpes da verdade e da justiça**, por um brasileiro natural do Rio de Janeiro, ofertada e dedicada aos amantes da causa do novo Império. Rio de Janeiro, Tip. de Torres e Costa, 1822.

7. **O Império do Brasil considerado em suas relações políticas e comerciais**, por La Beaumelle. Tradução. Rio de Janeiro, Plancher, 1824.

8. **Memórias para servir à história do Reino do Brasil.** Lisboa, 1825, 2 vols. Reed.: Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1943; nova edição anunciada pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte.

9. **Exame ortodoxo:** resposta ao Dr. Manuel Joaquim do Amaral Gurgel a propósito do celibato clerical. Rio de Janeiro, 1825 (Sacramento cita 1835).

10. **Antídoto salutarífero contra o "Despertador Constitucional" e exorcismo contra o mesmo.** Rio de Janeiro, 1825. Diz Sacramento que se trata de "uma série de cartas combatendo a maçonaria, não só com argumento e com anátema, mas também com motejos".

11. **O celibato clerical e religioso.** Rio de Janeiro, 1827. Contra o Padre Antônio Feijó que, em resposta, publicou, **Resposta às parvoíces, absurdos, impiedades e contradições do Sr. Padre Luís Gonçalves dos Santos.**

12. **Réplica católica à resposta que o Sr. deputado Padre Diogo Antônio Feijó deu ao livro "O celibato clerical e religioso".** Rio de Janeiro, 1827.

13. **Apologia dos bens religiosos do Império do Brasil contra o plano dos usurpadores.** Rio de Janeiro, 1828. (Noronha Santos não indica data).

14. **Septenário das Dores de Maria Santíssima.** Rio de Janeiro, 1836. Informam Sacramento e Noronha Santos que este volume encerra-se com uma poesia de José Eloy Ottoni.

15. **Desagravo do clero e do povo católico fluminense,** ou refutação das mentiras e calúnias de um impostor que se intitula missionário, enviado pela Sociedade Metodista Episcopal de New York para civilizar e converter ao cristianismo os fluminenses. Rio de Janeiro, 1837. O autor refere-se ao Rev. Daniel P. Kidder, que na época da Regência viajou pelo Brasil.

16. **Análise do anúncio do vendedor de Bíblias.** Rio de Janeiro, 1838. Trata-se de uma preleção sobre as diversas espécies de cultos e as alterações do Antigo e Novo Testamento "introduzidas pelas seitas heterodoxas".

17. **Discurso sobre a confirmação dos bispos, na qual se examina a matéria pelos princípios canônicos,** pelo Cardeal D. Pedro Inguanzo Rivero. Tradução. Rio de Janeiro, 1838. Noronha Santos, no título, em vez de **confirmação**, indica **conferência** e o autor é denominado Iguanozo em vez de Inguanzo.

18. **O Católico e o Metodista,** ou refutação das doutrinas heréticas e falsas que os intitulados missionários do Rio de Janeiro, metodistas de New York, têm vulgarizado nesta Corte, a que se junta uma dissertação sobre o direito dos católicos de serem sepultados nas igrejas e seus adros. Rio de Janeiro, 1838.

19. **Espírito da Bíblia ou Moral Universal Cristã**, do Abade A. Martini. Tradução. Rio de Janeiro, 1840. Segunda edição, Bahia, 1847; terceira, São Paulo, 1862; quarta, São Paulo, Imprensa Metodista, 1922.

20. **A fé católica e o símbolo dos católicos**. Niterói, 1847, 3 volumes. O cônego Fernandes Pinheiro julga esse trabalho "o mais apropriado compêndio de moral cristã".

Além dessas obras impressas, o Cônego Fernandes Pinheiro, no estudo biográfico do Padre Perereca, publicado na Revista do Instituto Histórico Brasileiro, refere-se a outros escritos, inéditos arrolados também por Sacramento e alguns por Noronha Santos. Entre eles **Novenas do Santíssimo Sacramento** (tradução); **Breves meditações** (também tradução); uma comédia, **Ignez**, escrita "em alusão às relações particulares de um seu colega com certa moça"; uma descrição da chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro; uma memória sobre a Congregação do Oratório; e uma "Memória" do Brasil, apresentada à Exposição de História do Brasil, de 1881; consta de 191 páginas encadernadas em veludo carmesim, com as armas reais, indicando ter pertencido à Biblioteca de D. João VI.

*
* *

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista, às sextas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas da publicação.)

32. UM COMPOSITOR JUDEU-SUIÇO-AMERICANO

Compositor suíço? Poderá o leitor perguntar (e estranhar). De fato é curioso o caso da Suíça. É um dos países onde mais se cultiva a música. Possui algumas das melhores orquestras (sinfônicas e de câmara) da Europa; seus conservatórios (Genebra, Zurique) são famosos, da mesma forma que seus festivais (Lucerna, Lausanne) atraem pessoas de todo o mundo e neles algumas das obras contemporâneas mais importantes têm sido reveladas. Os discófilos conhecem os nomes de seus grandes conjuntos musicais: Suisse Romande, Winterthur etc. Pois bem: com todo esse interesse pela música, jamais produziu a Suíça um compositor capaz

19. **Espírito da Bíblia ou Moral Universal Cristã**, do Abade A. Martini. Tradução. Rio de Janeiro, 1840. Segunda edição, Bahia, 1847; terceira, São Paulo, 1862; quarta, São Paulo, Imprensa Metodista, 1922.

20. **A fé católica e o símbolo dos católicos**. Niterói, 1847, 3 volumes. O cônego Fernandes Pinheiro julga esse trabalho "o mais apropriado compêndio de moral cristã".

Além dessas obras impressas, o Cônego Fernandes Pinheiro, no estudo biográfico do Padre Perereca, publicado na Revista do Instituto Histórico Brasileiro, refere-se a outros escritos, inéditos arrolados também por Sacramento e alguns por Noronha Santos. Entre eles **Novenas do Santíssimo Sacramento** (tradução); **Breves meditações** (também tradução); uma comédia, **Ignez**, escrita "em alusão às relações particulares de um seu colega com certa moça"; uma descrição da chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro; uma memória sobre a Congregação do Oratório; e uma "Memória" do Brasil, apresentada à Exposição de História do Brasil, de 1881; consta de 191 páginas encadernadas em veludo carmesim, com as armas reais, indicando ter pertencido à Biblioteca de D. João VI.

*
* *

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista, às sextas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas da publicação.)

32. UM COMPOSITOR JUDEU-SUIÇO-AMERICANO

Compositor suíço? Poderá o leitor perguntar (e estranhar). De fato é curioso o caso da Suíça. É um dos países onde mais se cultiva a música. Possui algumas das melhores orquestras (sinfônicas e de câmara) da Europa; seus conservatórios (Genebra, Zurique) são famosos, da mesma forma que seus festivais (Lucerna, Lausanne) atraem pessoas de todo o mundo e neles algumas das obras contemporâneas mais importantes têm sido reveladas. Os discófilos conhecem os nomes de seus grandes conjuntos musicais: Suisse Romande, Winterthur etc. Pois bem: com todo esse interesse pela música, jamais produziu a Suíça um compositor capaz

de ombrear com os de qualquer outro país europeu. Já não penso em termos de Alemanha, França ou Itália, que são os três maiores focos da música européia, mas mesmo considerando-se os países menores (musicalmente falando), como a Holanda, a Bélgica, a Polônia, a Hungria, a Tchecoslováquia, entre outros. O próprio compositor que motivou esta nota, pois ontem se comemorou o centenário de seu nascimento — Ernest Bloch — apenas é suíço por ter nascido na Suíça. Sua vinculação com a terra dos cantões foi sempre muito pequena, embora lá vivesse alguns anos, à frente de uma das suas mais importantes entidades musicais. Sua formação foi toda extra-helvética — Bélgica e França — e sua realização foi mais americana que européia, pois dirigiu-se muito cedo para os Estados Unidos e lá viveu até o seu falecimento, ocorrido em Portland, Oregon, aos 15 de julho de 1959.

Ernest Bloch deixou obra volumosa e bem variada, orquestral, instrumental e vocal, incluindo uma ópera, inspirada em “Macbeth”, de Shakespeare. Se, no título desta nota o judeu está antes do suíço, é porque, acima de tudo, Bloch foi um compositor de inspiração judaica. Além de ter escrito um ofício sacro para a liturgia israelita (**Avodath Hakodesch**) para barítono, coro e orquestra, editado em 1933, tratou de temas judaicos em numerosas outras obras, inclusive nas orquestrais, como, por exemplo, em **Schelomo**, para violoncelo e orquestra, talvez sua obra mais divulgada e que traz como subtítulo **Rapsódia Hebraica**. Ou em **Israel**, sinfonia para vozes e orquestra, no **Salmo XXII**, nos **Três Poemas Judaicos**, nas **Peças Hebraicas** (para viola e orquestra), no **Bal Shem** (para violino e orquestra), ou, mais um exemplo, nas três pequenas peças para violoncelo e piano intituladas **Três Sketches da Vida Judaica** (Oração, Súplica e Canto).

Mas além destas obras de inspiração religiosa, muitas outras deixou, como se pode ver do elenco que figura na última edição do grande dicionário de Grove (publicada quando Bloch ainda vivia) e no qual vem arrolada quase uma centena de obras na maior variedade de formas. Além das já mencionadas, gostaria de lembrar: **América: uma rapsódia épica** (espécie de cortesia musical para com o país que o acolheu), **Evocações**, **Poemas de Outono**, um concerto grosso, o quinteto para piano e cordas (das melhores obras nesta forma), três quartetos para cordas, duas sonatas para violino e piano, um concerto para violino e orquestra e numerosas outras obras menores, cujo registro total este espaço não comportaria.

Outro objetivo não tem esta modesta nota senão chamar a atenção dos interessados em música para um compositor pouco conhecido entre nós, exatamente na ocasião em que se comemora o seu centenário (25/7/1980).

33. UM FRANCÊS SÁBIO E OBSCURO NO BRASIL

Parece-me deveras estranho que o Visconde de Taunay, em seu precioso elenco de estrangeiros que viveram no Brasil e aqui prestaram serviços de qualquer espécie, publicado primeiramente na Revista do Instituto Histórico Brasileiro (1895) e, muitos anos depois (1932), tirado em livro pelas Edições Melhoramentos, tenha omitido o nome do compatriota de seu pai, Aimé de Bonpland, nascido na histórica La Rochelle em 28 de agosto de 1773, e falecido numa das missões do território de Corrientes, Argentina, em 11 de maio de 1858, com quase oitenta e cinco anos, na maior parte dedicados à pesquisa científica, particularmente à botânica. Figura no velho Garraux apenas com um título, publicado em colaboração com o grande Humboldt, em cuja companhia viajou pela América do Sul em fins do século XVIII e início do XIX. Esta circunstância de companheiro de Humboldt valeu-lhe certa notoriedade, como o faz notar Avé-Lallement quando descreve a visita que lhe fez em São Borja. Não figura no velho Sacramento e nem em Raeders. Quem dele melhor cuida é Abeillard Barreto, que lhe dedica várias páginas, inclusive com extensa bibliografia dele e sobre ele, em sua preciosa **Bibliografia Sul-Riograndense**.

Após as viagens com Humboldt, voltou à América do Sul, estabelecendo-se nas missões jesuíticas, entre os rios Uruguai e Paraguai. Aprisionado por Francia em 1821, foi libertado em 1831, passando a viver, então, no Brasil, notadamente em São Borja, onde permaneceu por mais de vinte anos. Nos seus últimos tempos voltou à Argentina, falecendo, como já se disse, numa missão de Corrientes. Dois viajantes que percorreram o Rio Grande do Sul, Alfred Demersay e Avé-Lallement, deixaram páginas comoventes relatando a visita que fizeram ao grande sábio, frustrado, desenganado da vida, inteiramente pobre (quando, ao que parece, chegou a ter grandes posses), mas sem perder o interesse pelos estudos botânicos. Já quase ao fim da vida, escreveu preciosa memória sobre o cultivo da erva mate, no qual via excelentes perspectivas para a economia rio-grandense.

“Figura humana cheia de contradições, difícil de ser interpretada, mas espírito lúcido para a investigação científica”, no dizer de Abeillard Barreto, muita cousa em sua vida, de fato, parece obscura ou contraditória, deixando-nos de sua existência um vazio nada consentâneo com a obra imensa que realizou. Bonpland, diz ainda o eminente escritor rio-grandense, é hoje uma figura “quase desconhecida no Rio Grande do Sul, lembrada no Uruguai e permanentemente reivindicada pela Argentina como seu cientista honorário”. No entanto, Bonpland viveu apenas cinco anos na Argentina e no Uruguai e mais de vinte no Rio Grande do Sul! Em seu valioso e indispensável levantamento bibliográfico, Abeillard Barreto arrola mais de vinte trabalhos (biográficos e científicos) publicados na Argenti-

na sobre o cientista francês, tão desconhecido no Brasil, como ele próprio o afirma. Esta modesta nota pretende apenas recordá-lo, pois precisamente ontem transcorreu a data de seu nascimento (29/8/1980).

34. O BICENTENÁRIO DE SAINT-HILAIRE NO RIO GRANDE DO SUL

Pelo que o Brasil deve a Saint-Hilaire era de se esperar que seu bicentenário, transcorrido no ano passado, fosse mais comemorado no País, especialmente nas regiões por onde andou o sábio botânico. No entanto, passou quase em branca nuvem. A Biblioteca Nacional organizou uma exposição muito pobre, muito aquém não só do que merecia o ilustre viajante, mas aquém do que a Biblioteca seria capaz de realizar. E ainda o catálogo que editou é lacunosíssimo, em nada à altura do que poderia elaborar a principal biblioteca do País. Em São Paulo, a comemoração praticamente cifrou-se à conferência que tive o privilégio de proferir sob os auspícios da Academia Paulista de História e, pouco depois, publicada em opúsculo pela Divisão do Arquivo do Estado. Essa mesma conferência, tive oportunidade de repeti-la em Curitiba, em sessão promovida pelo Instituto Histórico Paranaense, mas com seis meses de atraso, pois só em junho do corrente ano é que ela pôde ser levada a efeito. Nos demais Estados, com uma só exceção, não tive conhecimento de qualquer evento que assinalasse a importante efeméride.

A exceção que folgo em registrar ocorreu no Rio Grande do Sul. Realmente, o Rio Grande, mais que qualquer outro Estado, levou a sério o transcurso do bicentenário do nascimento do grande viajante. De pelo menos três realizações importantes tenho conhecimento: a excursão promovida pela Associação Riograndense de Imprensa, com alto objetivo cívico e cultural, refazendo o roteiro de Saint-Hilaire em terras gaúchas; a publicação pelo "Correio do Povo", de Porto Alegre, de um extenso suplemento, de dezesseis páginas, inteiramente dedicado a Saint-Hilaire; e a publicação pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através de sua Secretaria da Cultura, de um volume com páginas do viajante sobre a capital rio-grandense, e no qual se insere, também, ao lado de algum documentário, a conferência do Professor Francisco Riopardense de Macedo intitulada "Como Saint-Hilaire viu Porto Alegre às vésperas da Independência do Brasil". Foi, assim, o Rio Grande do Sul a única unidade da Federação a assinalar com a publicação de um livro a efeméride comemorativa do bicentenário do ilustre viajante.

O suplemento do "Correio do Povo" bem merece ser transformado em livro, tal o interesse da matéria que encerra: nada menos de onze ensaios abordando aspectos diversos da presença de Saint-Hilaire em terras rio-grandenses, assinados por pessoas que demonstraram excelente conheci-

mento da obra do grande botânico. E será uma pena que tão rico material fique circunscrito às páginas de um suplemento que, embora valiosíssimo (dos melhores da imprensa brasileira) não pode oferecer o sentido de permanência que o livro oferece. E, ainda mais, que nem todos têm acesso a ele, pois não é fácil encontrá-lo fora do Rio Grande. Dele só tive conhecimento graças à gentileza de um confrade da Associação Riograndense de Imprensa que mo enviou. E lamento tê-lo conhecido com atraso, quando a bibliografia de Saint-Hilaire que elaborei para o opúsculo do Arquivo do Estado, a que de início fiz referência, já estava impressa. Pude incluir a publicação da Prefeitura de Porto Alegre, mas foi uma pena não ter incluído também o precioso suplemento do "Correio do Povo". (5/9/1980.)

35. NOVENTA ANOS DE UM GRANDE COLÉGIO

Quando se fizer a história da Educação no Brasil, capítulo dos mais importantes será o que tratar da contribuição das missões protestantes norte-americanas, que em fins do século passado fundaram grandes colégios nos mais diversos pontos do País. Pelos novos métodos de ensino que introduziram, pela filosofia de educação que ensinavam, tais colégios alcançaram a melhor receptividade na sociedade brasileira, sendo freqüentados muito mais por católicos que propriamente por protestantes, pois estes não eram na ocasião (e provavelmente nem sejam ainda) em número suficiente para alimentar tão grandes estabelecimentos de ensino como os que as missões fundaram. O que é tanto mais notável quando se considera o quanto a sociedade brasileira da época era preconceituosa em matéria de princípios religiosos e, por outro lado, a força dominante dos elementos católicos nas mais diversas esferas do pensamento. Apesar de tudo isso, os colégios ditos "protestantes" firmaram-se com uma inestimável contribuição à causa do ensino, numa época em que o Estado pouco fazia, deixando a instrução praticamente em mãos de organizações religiosas.

Assim, rara a cidade brasileira de certa importância que não tenha um colégio protestante, especialmente metodista ou batista, as duas confissões evangélicas que mais têm contribuído no setor educacional, embora o mais antigo deles — o Colégio Internacional, fundado em Campinas em 1869 — seja de origem presbiteriana, como também de origem presbiteriana a Escola Americana, de São Paulo, núcleo do atual Mackenzie, que é, como todos sabem, a maior organização particular de ensino de toda a América Latina. O "Internacional" existiu em Campinas até fins do século passado, quando, devido à epidemia de febre amarela que assolou nossa cidade, a Igreja Presbiteriana determinou sua transferência para Lavras, no Sul de Minas, onde ainda existe com o nome de Instituto Gammon, em homenagem a um dos seus grandes diretores, o Dr. Samuel Gammon.

Tive oportunidade de participar, no princípio deste mês, das festividades comemorativas do nonagésimo aniversário de um dos mais importantes desses colégios “protestantes”: o Granbery, de Juiz de Fora, fundado aos 8 de setembro de 1890, “comemorando o esforço especial no Brasil de acordo com o movimento do Metodismo universal a favor da educação cristã”, conforme se lê na lápide de mármore encimada pelo busto do Bispo J. C. Granbery, que, na época, superintendia o trabalho realizado no Brasil pela Igreja Metodista Episcopal do Sul dos Estados Unidos, e de quem o colégio tomou o nome. Simplesmente **O Granbery**, sem qualquer outra especificação. Só em época recente, devido a exigências da nova nomenclatura imposta pelas autoridades federais, passou a chamar-se Instituto Granbery. Tive o privilégio de frequentá-lo num dos seus períodos áureos, há quase meio século. A formação moral, cultural, espiritual e especialmente a filosofia de vida que dele recebi tem-me valido imensamente ao longo de minha vida e é com emoção, quase com espírito de “romeiro” que, sempre que posso, visito Juiz de Fora na primeira semana de setembro, não só para rever colegas e matar saudades, mas para “sentir” o quê o grande colégio ainda nos pode dar. (19/9/1980.)

36. A QUEBRA DE UM ESQUEMA

Há meio século, precisamente na data de hoje, eclodia no Rio Grande do Sul o movimento revolucionário que, três semanas depois, por meio de um golpe militar, punha fim à Primeira República, depondo o Presidente Washington Luís vinte dias antes do fim de seu período de governo. O que aconteceu há cinquenta anos não foi apenas uma quartelada que simplesmente substituísse um governo por outro e continuasse tudo como dantes no quartel de Abrantes, como diria o Eça. O movimento teve, sem dúvida, também esse aspecto de quartelada (qual a revolução que não o tem ?), mas não foi ele que permaneceu no consenso dos que estudam nossa evolução política nem é ele, naturalmente, que está sendo alvo de revisão através de, pelo menos, dois congressos de História no Rio Grande do Sul e, principalmente, através de numerosas publicações que, superando a perspectiva do tempo, procuram lançar novas luzes sobre a Primeira República e o seu melancólico fim. Sim, melancólico, mas previsível, pois ocorrido em outubro de 1930 foi tão-só o corolário de uma série de crises que, a bem dizer, começou com a própria proclamação da República.

Já tem sido observado por diversos analistas o caráter salvacionista de todos os movimentos que abalaram o regime, desde sua implantação em 1889. Foram salvacionistas os golpes do primeiro lustro republicano, como salvacionistas foram a política dos governadores de Campos Sales, o civilismo de Rui, a “Reação Republicana” de Nilo, o revisionismo de Alberto Torres, o tenentismo da década de 20, os movimentos sociais e

políticos que se confundiram num só processo revolucionário pouco ou maldefinido, que, como num vasto estuário, desaguou no Movimento de 3 de outubro. “Façamos a revolução antes que o povo a faça”, teria dito o grande Andrada das Alterosas, precisamente aquele que, se as regras do jogo continuassem, seria naturalmente o sucessor de Washington Luís na suprema governança da nação. Pois, de fato, o que ocorreu em 1930 foi a quebra de um esquema. Aquele que vinha vigorando desde o começo do século, numa alternância de São Paulo e Minas nos altos postos da política nacional. Convencionou-se denominar esse esquema de política do “café com leite”. Nada mais errado. Não se trata de “café com leite”, mas de “café com café mesmo”, pois os grandes políticos mineiros, tanto quanto os paulistas, tinham seus interesses na produção cafeeira. Sei muito bem que a história não deve ser feita à vista do que deveria ter ocorrido, mas sim do que efetivamente ocorreu. Mas não custa perguntar: teria havido a Revolução de 1930 se, Washington Luís não fosse tão teimoso na candidatura de mais um paulista, e deixasse a vez para Minas, como o esquema recomendava? Eis por que o movimento cujo cinquentenário estamos comemorando se me afigura, antes de tudo, a quebra de um esquema, que tinha seus defeitos, não há dúvida, mas contribuía para moderar a rédea nem sempre leve da República.

No processo revolucionário que se inicia pouco depois da Primeira Guerra Mundial e ainda não terminou, o movimento de 1930 é simplesmente uma parada, uma estação, mas uma estação onde o trem não troca simplesmente de “staff” para ter certeza de que a linha está livre, mas onde ele pára, bastante tempo, para meditar por qual das linhas deve seguir. E teria seguido pela linha certa? (3/10/1980.)

37. A REVOLUÇÃO INACABADA

Ao movimento revolucionário de 1930 Hélio Silva denominou de “Revolução Traída”. Pode ter sido. Mas, em que pese a respeitável opinião do ilustre autor do **Ciclo de Vargas**, prefiro denominá-la de “Revolução Inacabada”. Em nota anterior, publicada precisamente há três semanas, a propósito do cinquentenário do início do movimento, lembrei que no processo revolucionário brasileiro que se inicia após a Primeira Guerra Mundial e ainda não terminou, a revolução de 1930 deve ser vista como uma estação onde o trem parasse não simplesmente para a troca de “staff”, mas para uma meditação sobre qual das linhas deveria seguir. E às vezes tenho dúvida quanto ao rumo que o País tomou naquele momento. Teria realmente entrado pela linha certa?

Aqui é onde entra o problema da revolução inacabada ou incompleta. Num movimento revolucionário há que se considerar seu aspecto militar e seu aspecto civil. Aquele é fácil de ser delimitado no tempo e

no espaço. Pode-se precisar o momento exato em que a revolução foi deflagrada, da mesma forma que se pode precisar também o momento em que as armas foram depostas com a ordem de cessar fogo. Isto ocorreu há cinquenta anos na data de hoje. Uma junta militar integrada pelas mais altas patentes das forças armadas depôs o Presidente Washington Luís vinte dias antes do fim de seu período de governo. Dias depois, essa mesma junta entregava o poder àquele que fora aclamado chefe das forças revolucionárias.

Porém, do ponto de vista civil, é neste momento que a Revolução de 1930 tem início. E se, a fase militar desenvolveu-se a contento, praticamente sem maiores problemas e sua obra se consolidou, o mesmo não se poderá dizer da fase civil. Esta não soube (ou não pôde) resistir tranqüilamente a todos os embates que as contingências do momento criaram. A Revolução trouxe modificações sensíveis na vida brasileira, o que, ninguém, de boa-fé, poderá negar. Mas seu programa foi logo posto de lado em face de novas injunções. Talvez seja por isto que Hélio Silva insiste em dizer que a Revolução foi traída. Faltou-lhe, de fato, um programa revolucionário. A plataforma da Aliança Liberal, que fez as vezes de programa, parece-nos hoje um documento vazio, repisando em pontos que, bem pensando, não eram os mais importantes para o processo revolucionário que se tinha em mira. É um documento simplesmente político, que, a dizer o que deveria ser feito, preferiu dizer o que não fora feito... Com os “tenentes” aconteceu a mesma cousa: todos sabem o que eles não queriam. Mas quem poderá dizer o quê efetivamente queriam, fora evidentemente da mera participação no poder ? Aliás, é nesta preocupação quase toda negativista que se enquadra a maior parte do pensamento político brasileiro. E isto, desde os tempos do Império.

Agora que, com o cinquentenário, se pensa tanto em revisão do processo histórico responsável pelo Movimento de 30, nada mais oportuno do que buscar as origens de todas as características da chamada “Segunda República”, que, aliás, durou pouco. E o fato de ter durado tão pouco já não será uma prova ou, pelo menos, uma suspeita de que, na parada da “Estação de 1930”, o trem não entrou pela linha certa ? Que o digam os analistas políticos e sociais que se estão reunindo para debater um movimento que, traído ou inacabado, marcou uma época em nossa História. (24/10/1980.)

38. IGREJA/ESTADO NA CONSTITUIÇÃO DE 1934

“A Constituição de 1934 restabeleceu o Catolicismo como religião oficial no Brasil, posição que havia perdido com a primeira Constituição, de 1891, e tornou obrigatório o ensino religioso nas escolas”. Se um aluno escrevesse isto numa prova, eu lhe atribuiria zero por extenso e com

todas as letras maiúsculas. Pois lamentavelmente é o que vem escrito em um dos últimos números (18, p. 94) da publicação **Nosso Século**, distribuída regularmente pela Editora Abril em todas as bancas de jornais e revistas do país.

Ora, a única modificação trazida, em matéria de religião, pela Constituição de 1934 (com relação à de 1891) foi a invocação do nome de Deus no seu preâmbulo. Mas daí a afirmar que a Constituição restabeleceu o Catolicismo como religião oficial, há uma grande distância. Nada no seu contexto autoriza tal entendimento. E quanto ao ensino religioso a Constituição apenas o permite (art. 153), mas “de frequência facultativa e ministrada de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno”. Donde, pois, teria o autor tirado o que vem afirmado no referido fascículo ?

A Constituição de 1891 (primeira da República) inscreveu no preâmbulo a clássica fórmula, com que se abrem praticamente todas as constituições: “Nós, os Representantes do Povo Brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição”. E segue-se o texto. No Congresso Constituinte de 1934, foi proposto se incluísse no preâmbulo da Constituição que estava sendo elaborada, uma invocação ao nome de Deus. Os que acompanharam o andamento dos trabalhos certamente se lembram do que se passou. Quantas discussões foram travadas em torno do assunto ! Ainda estudante, mas já metido nas lides de imprensa e ainda vivendo no Rio de Janeiro, guardo na lembrança debates curiosíssimos em torno do “Deus na Constituição”, como comumente se dizia. Afinal, depois de intermináveis discussões, Deus ganhou e passou a figurar no preâmbulo, tal como foi votado a 16 de julho de 1934: “Nós, os Representantes do Povo Brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte etc.” O restante praticamente repetia o texto da Constituição anterior. A proposta original era: “reunidos em Assembléia Constituinte e pondo nossa confiança em Deus”. À última hora, contudo, inverteu-se a fórmula, passando a função específica (a Assembléia) a figurar em segundo lugar, dando-se a prioridade à confiança em Deus. E de então para cá, todas as nossas Constituições (menos a carta outorgada de 1937) repetem a fórmula com pequenas variantes.

Mas isto não significa instituição do Catolicismo como “religião oficial”, segundo afirmou o autor do artigo de **Nosso Século**. Visto isto por quem tenha suficiente conhecimento de História, não terá a menor consequência. Mas quantas pessoas em nosso País formam sua cultura com base nas publicações da Abril, espalhadas pelo Brasil todo ? Para que ensinar-lhes errado ? E ainda mais erro gravíssimo, como o que vem de ser registrado. (12/12/1980)

39. UMA DATA NÃO APENAS PROTESTANTE

O mundo protestante comemora hoje o “Dia da Reforma”. Com efeito, a 31 de outubro de 1517, Martinho Lutero afixou à porta da Catedral de Wittenberg suas famosas noventa e cinco proposições discordando de numerosos pontos doutrinários da ortodoxia católica e abrindo as portas para a mais séria cisão do Cristianismo ocidental. Seu movimento esgalhou-se com enorme rapidez, adquirindo as mais variadas colorações, de acordo com as contingências de tempo e de lugar, subtraindo à jurisdição romana e papal uma boa parte da Europa. O ponto fraco do movimento reformador foi não ter conseguido manter a unidade, propiciando a pululância por toda a parte de seitas ou doutrinas não propriamente antagônicas, mas contraditórias em muitos pontos. As idéias de uma reforma na Igreja vinham de longe. Vinham do fim da Idade Média, com os **lollards** ingleses de Wiclif; mas foi, evidentemente, com o rebelde Agostinho de Wittenberg que tomaram corpo.

Guardo como uma das preciosidades de minha biblioteca um opúsculo, hoje bastante raro, publicado pelos protestantes presbiterianos de São Paulo em 1917, quando se comemorou o quarto centenário da Reforma. Nele colaboraram Eduardo Carlos Pereira, J. A. Corrêa, Vicente Temudo Lessa, William A. Waddell (na época presidente do antigo Mackenzie College, transformado hoje na Universidade Mackenzie) e A. C. Salley. Embora de orientação protestante, é nesse opúsculo que encontro a apreciação mais imparcial que até hoje li sobre, por exemplo, a Reforma na Inglaterra, que é o país onde o estudo do importante movimento tem sido mais deformado. Escreveu-o Vicente Temudo Lessa, cujo interesse pela pesquisa histórica tornou-o um dos maiores historiadores dos arraiais protestantes. É também de sua autoria, nesse mesmo opúsculo, uma série de pequenas biografias de dezesseis figuras do movimento reformador, muitas das quais completamente esquecidas em nossos dias. Todo mundo se lembra de Lutero, Calvino, Zuinglio, Melancton; mas quem hoje recorda João Huss, Jerônimo de Praga, João Knox, Guilherme Farel, Oecolampadio, Latimer, Tyndale, Cranmer, entre outros?

A data de hoje me sugere duas observações: em primeiro lugar, a modificação do ponto de vista católico com relação ao movimento do século XVI. Não só do movimento, como de seus líderes. Já se consideram superadas as teses de Denifle e Grisar, que viam nos reformadores apenas rebeldes inconformados. Hoje eles são considerados de maneira completamente diferente, como o demonstra, entre outros, o livro de Hessen intitulado **Lutero visto pelos católicos**, ou alguns volumes que vêm sendo editados pela Vozes, de Petrópolis, a maior editora católica do Brasil.

A segunda observação é com referência à natureza da Reforma. Hoje, ninguém mais vê nesse movimento apenas o seu aspecto religioso, embora fosse este o predominante. Atualmente procura-se estudar uma sociedade da Reforma, uma literatura da Reforma, uma arte da Reforma, uma música da Reforma, uma filosofia da Reforma, uma política da Reforma e até uma economia da Reforma. Deixou o grande evento do século XVI de ser um movimento apenas protestante, para interessar a todos os estudiosos da História, especialmente da História social e cultural. Pois estes aspectos da Reforma são tanto importantes quanto os religiosos. Mas, infelizmente, ainda há preconceitos (e de ambas as partes) e estes impedem muitas vezes a visão clara e orgânica que se precisará ter do grande movimento para compreendê-lo em toda a sua integridade. (31/10/1980.)

40. A MÚSICA DA REFORMA

Há alguns anos, recebi honroso convite do pastor da Igreja Presbiteriana Independente, da rua Lusitana, para proferir uma palestra sobre a influência da Reforma Protestante na música. Pouco tempo depois, recebia convite idêntico para falar numa das igrejas evangélicas de São Paulo. O assunto realmente é fascinante e não era sem propósito que o incluía no meu programa quando lecionava História da Música, na antiga Faculdade de Música de nossa Universidade Católica. Não redigi a palestra que proferi nas duas igrejas; servi-me apenas dos apontamentos que normalmente utilizava em aulas, tendo, ainda, o cuidado, nas duas vezes, de ilustrar a palestra com gravações. Mas, como na semana passada ocupei-me neste local do grande movimento do século XVI, que representou, não apenas uma cisão na Igreja Cristã do Ocidente, mas, na verdade, um profundo movimento de idéias, interessando às mais diversas áreas — entre elas a Música — não julgaria despropositado voltar ao assunto, desta vez para recordar, em linhas gerais, o que a História da Música ficou a dever ao movimento reformista.

Em três itens fundamentais pode ser resumida essa contribuição: o restabelecimento do canto congregacional, a criação de algumas formas musicais e o acentuado desenvolvimento de outras, especialmente as que utilizam o canto coral.

Como é sabido, o próprio Lutero era músico e compositor; não só escreveu numerosos hinos, como estimulou os compositores ligados à sua Igreja a que igualmente o fizessem. Resultou desse esforço a criação do chamado “coral luterano”, um tipo de cântico dotado de três características principais: linha melódica bastante fácil para poder ser cantado por

todos, independentemente de qualquer conhecimento de música ou da arte de cantar; utilização das línguas nacionais (no caso o alemão) e o emprego freqüente de melodias populares, buscadas, no mais das vezes, no mais recôndito da alma do povo alemão. Com estas três características, construiu-se o vasto mundo do “coral luterano”, permitindo, inclusive, que numerosos compositores tecessem variações sobre esses cânticos, resultando daí a obra imensa, por exemplo, de João Sebastião Bach, com os seus **Choralspiele**, que se pode traduzir por “prelúdios-sobre-corais”, ou seja, pequenas peças (ao órgão ou ao cravo) compostas sobre os temas dos corais. Assim, não houve compositor ligado à Igreja Luterana (mesmo nos tempos modernos) que não se comprazesse em escrever obras dessa natureza, sobrelevando a todos, como já se mencionou, o nome de Bach.

As “cantatas” e os “oratórios”, embora não sejam formas musicais originalmente protestantes, pois já existiam bem antes da Reforma, foram extremamente valorizadas nos países protestantes, talvez pelo hábito do canto coral estimulado pelas igrejas reformadas. Para citar ainda uma vez a João Sebastião Bach, lembraria que o grande mestre escreveu mais de trezentas cantatas para o ano litúrgico da Igreja Luterana e tanto ele, quanto seu contemporâneo Jorge Frederico Handel, elevaram a forma “oratório” a culminâncias jamais alcançadas.

Acrescente-se a isso a rica hinologia cultivada pelas numerosíssimas denominações protestantes, inclusive no Brasil, com a adaptação de clássicos hinários ingleses e norte-americanos introduzidos em nosso País desde o século passado, quando começou entre nós a obra missionária protestante. Eis por que numa História da Música jamais poderá faltar capítulo relativo a este tema, como bem o demonstra a riquíssima bibliografia e a não menos rica discografia existente. (7/11/1980).

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

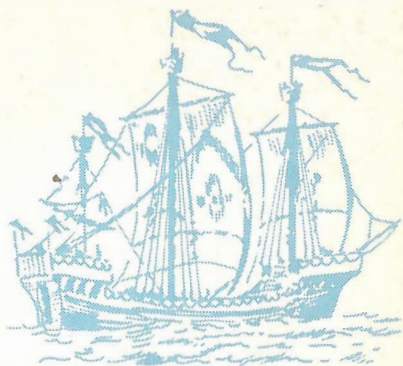
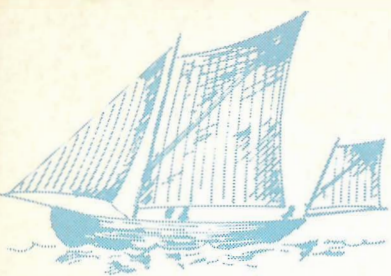
1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia e Teologia
6. Instituto de Letras
7. Instituto de Psicologia

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Informática
- c) Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- d) Colégio de Aplicação "Pio XII"
- e) Conservatório Musical "Campinas"
- f) Rádio Universitária "Andorinhas de Campinas"



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

